

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida Daivd

VICE-REITOR

Prof. Pe. Wilson Denadai

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Prof. Jamil Cury Sawaya

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Profª Drª Vera Sílvia Marão Beraquet

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Profª Carmen Cecília de Campos Lavras

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Antonio Sergio Cella

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

Diretora Adjunta: Profa. Maria Salete Zulzke Trujillo

FACULDADE DE HISTÓRIA

Diretora: Profa. Lilia Inês Zanotti de Medrano

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 - 13001-970 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXV - Nº188 ISSN-0101-4919 JANEIRO - MARÇO 2003

SUMÁRIO

Uma visão diferente de São Paulo no início do século XIX	3
Odilon Nogueira de Matos	
Apenas alguns recortes de como foi Campinas desenvolvendo sua cultura e recreação ao final do século XIX	11
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Um industrial alemão em Campinas no final do século XIX	19
Duílio Battistoni Filho	
Relações França-Brasil	23
Arno Wehling	
Dona Cléofe	27
João Bosco Assis De Luca	
A Biblioteca de Alexandria e as correntes filosóficas greco-judaicas e cristãs	37
João Ribeiro Júnior	

Dois folhetins monçoeiros do século XVIII	45
Paulo Pitaluga Costa e Silva	
Batista Cepelos, o poeta da nostalgia	51
Mário Pires	
Olinda & Recife, dois destintos numa só história	55
Leonardo Dantas Silva	
Emílio Marcondes Ribas, pioneiro da saúde pública	67
Francisco Piorino Filho	
Considerações acerca da naturalidade de um herói	75
José Antônio de Ávila Sacramento	
A formação da nacionalidade no século XVIII	79
Fábio Lucas	

De Uma Pasta de Velhos Recortes

Taunay, presidente de Santa Catarina	85
Oswaldo Rodrigues Cabral	

Textos (Sugestões para Seminários)

As razões do historiador (Flávio Josefo)	95
O que me faz acreditar no Brasil (Vicente Licínio Cardoso)	96

Estrangeiros que Escreveram Sobre o Brasil

Georg Wilhelm Freyreiss (1789-1825)	97
---	----

Seleta

O brasileiro visto por um botânico alemão (Freyreiss)	101
---	-----

Rabiscos de um Escrevinhador

Excelente livro do autor ituano	105
Evocando um grande historiador	106
Jornalista francês no Brasil imperial	108
Recordando Vicente Licínio Cardoso	109

UMA VISÃO DIFERENTE DE SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Odilon Nogueira de MATOS

São Paulo, como é sabido, não foi das regiões mais visitadas pelos viajantes estrangeiros do século XIX. Poucos aqui estiveram e estes poucos não permaneceram muito tempo na então minúscula urbe paulistana. Outras regiões do Brasil - Rio, Minas, Bahia - tiveram muito mais que oferecer aos seus olhos perscrutadores e indagadores. É verdade que Saint-Hilaire e o Reverendo Kidder gostaram muito de São Paulo, mas, na realidade, são exceções, pois, de fato, a capital paulista tinha pouco para ser apreciado, comparada com outras cidades brasileiras.

Daí, a originalidade do viajante sueco Gustavo Beyer, que em 1812 e 1813 visitou a província paulista, não apenas a Capital, mas também algumas cidades do interior, como Itu e Sorocaba. As razões ou objetivos de sua viagem nunca ficaram muito esclarecidas por parte dos diversos autores que dele se ocuparam. Um deles, também sueco, Bjoeckman afirma que seu objetivo foi “formar um juízo seguro das bases necessárias para o estabelecimento de um comércio ativo entre a Suécia e o Brasil”; outros viram nela alguma finalidade científica, mormente no campo da geologia e da mineralogia, que eram elementos fundamentais em sua formação científica, além do curso médico pelo qual se diplomara na Universidade de Lund, em 1792. Dedicou-se, também, segundo outros, ao estudo das águas medicinais e à propaganda da vacina, então recentemente descoberta por Jenner.

Oliveira Lima, bem mais objetivo, declara expressamente: “O que se pode depreender, pelo que parece, é que não era de profissão naturalista e que tampouco era homem de negócios. Seus conhecimentos de história natural são taxados de vulgares; suas preocupações mercantis

aparecem nulas. Dicionário algum de biografia dá fê dele. É literariamente um esquecido e cientificamente um desconhecido”. E o historiador pernambucano remata sua crítica recomendando seja ele incluído numa categoria mais modesta de viajantes, aqueles que viajavam por simples distração, desfastio ou curiosidade.

Algum tempo depois, Oliveira Lima retomou o problema da identificação de Beyer: “Não se trata nem de um homem de ciência nem de um homem de comércio, sim de um homem de posição social”. E, nesse interim, ficou sabendo que sua viagem não foi “rigorosamente de prazer”, mas com o objetivo de “cobrança efetiva de uma dívida”. E quem lhe devia era nada menos que o diretor da fábrica de ferro de Ipanema, o que justificou sua ida a essa localidade nas vizinhanças de Sorocaba. Mas como a dívida não era tão alta que justificasse tão longa viagem, não é fora de propósito admitir que a curiosidade da terra e de sua gente sobrepôs-se a qualquer outro propósito.

Diante do interesse despertado pelo relato da viagem de Beyer, o dr. Alberto Loefgren, outro ilustre sueco que vivia em São Paulo, procurou indagar na Suécia sobre o desconhecido viajante. E as informações obtidas foram as mais evidentes no sentido de mostrar um cientista de carreira bastante significativa e com bela folha de serviços não só em seu país, mas por outros onde viajou como a Dinamarca, a Inglaterra, a Itália e Marrocos, preocupando-se notadamente com os problemas sanitários da marinha. Demitindo-se dos serviços navais, consagrou-se à pesquisa científica, como há pouco observamos ao lembrar seu interesse pelas águas medicinais e pela vacina de Jener.

Na visita que fez à mina de ferro de Ipanema, interessou-se por colecionar grande quantidade de minerais, insetos e caramujos, que pretendia levar para algum museu de seu país, mas acabaram-se perdendo por ter sido apresado por corsários americanos o navio em que foram expedidas. Do Brasil à Europa voltou ele em um navio de guerra inglês, demorando-se três meses em Londres e chegando a Estocolmo em novembro de 1813. De volta à pátria, ocupou diversos cargos públicos relevantes, alvo igualmente de condecorações significativas, até o seu falecimento em 10 de junho de 1852. Em seu acervo devem ser mencionados sete importantes trabalhos científicos de sua lavra.

A edição original sueca do relato da viagem de Beyer, publicada em Estocolmo em 1814, trazia, como de hábito na época, título bastante longo e explícito, que Loefgren adotou fielmente em sua tradução: “Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitania de São Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sobre a cidade da Bahia e a Ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil e que há pouco foi ocupada”.

O fato de ter sido a tradução publicada não em volume avulso, mas incluída na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo” (volume XII, correspondente ao ano de 1907, mas efetivamente publicado em 1908), publicação de natureza restrita, pouco contribuiu para a divulgação do livro. Assim mesmo, diversos autores dele se ocuparam e dois dos maiores historiadores paulistas tomaram-no como fonte valiosa para o conhecimento da capital: Afonso de Taunay e Ernani Silva Bruno; o primeiro, em seu livro “Non ducor, duco”, compilação comentada de “notícias de São Paulo” deixadas por vários autores, desde os jesuítas do século XVI; quanto a Silva Bruno, ocupou-se ele de Beyer num capítulo de seu livro “Memórias da cidade de São Paulo”, no qual transcreve um dos capítulos mais interessantes, aquele em que se descreve a vida festiva da cidade.

Mas a publicação do livro, na edição brasileira, em uma revista, como dissemos, de circulação restrita, foi sempre uma dificuldade para a maior divulgação do livro. Eis porque tomamos a iniciativa de reeditá-lo em volume editado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 1992. O título original, extenso demais, pareceu-nos inadequado; daí o termos simplificado para “Viagem a São Paulo no verão de 1813”.

As informações obtidas por Loefgren, diretamente da Suécia, sobre a vida e a obra de Beyer minimizaram muito as observações nem sempre muito razoáveis de Oliveira Lima. Todavia, coube ao mesmo historiador pernambucano uma observação que podemos considerar como o fundamento do próprio objetivo desta breve comunicação, qual seja aspectos novos e inusitados da vida paulistana, não mencionados por outros autores. Citemo-lo:

“A novidade de sua curta obra está unicamente em que descreve um aspecto paulista do tempo que escapou a outros viajantes coevos ou de que não fizeram suficiente menção, e vem a ser a franqueza e largueza de seu intercurso social”, contrariando a pecha de extremo

retraimento atribuído aos antigos paulistas, tais foram os momentos de prazer que marcaram sua estada em São Paulo e sempre - coisa rara! - com a participação do elemento feminino.

A seguir, alguns trechos do próprio viajante sueco:

“As mulheres são em geral bonitas, bem feitas e extremamente encantadoras no seu modo de ser. Nunca vi olhos mais expressivos, dentes mais bonitos e pés mais mimosos do que nelas. Poder-se-ia crer estar em Estocolmo. Canto e música são talentos comuns que elas revelam com a mesma graça e facilidade. O primeiro consiste principalmente nas conhecidas modinhas e os instrumentos mais freqüentes são o piano, a harpa, o violão e o órgão; deles, o mais comum é o violão, tocado até entre o povo do campo. Simples no trajar, distinguem-se, todavia, as paulistas por um gosto excepcional e, apesar de viverem num país onde o ouro e os brilhantes abundam, usam-nos raras vezes. Com um simples enfeite de flores naturais ornam o seu comprido e escuro cabelo, arranjado e fixado com ricos pentes. As flores no cabelo, dadas de presente, são verdadeiras provas de bem querer. Elas são bastante sensíveis à lisonja e se orgulham de ser paulistas. Raras vezes ocupam carruagens nos seus passeios pelo campo ou viagens maiores; preferem montar a cavalo, no que têm grande habilidade. Quando montam, vestem uma saia comprida que lhes esconde os pés, com gola vermelha e enfeitada de galões ou de bordados a ouro. Aos 13 ou 14 anos costumam casar e é raro ver uma paulista solteira” (pp 27/28).

Da apreciação das mulheres passa Beyer à apreciação da vida social:

“Cada terra tem seus costumes, assim também São Paulo, e em poucos lugares a polidez é mais exagerada do que aqui.

Quando um estrangeiro pela primeira vez visita uma família, é recebido pelo dono da casa que lhe oferece a sua amizade, seu coração e sua casa, como se fosse a dele, o que de modo nenhum deve ser tomado como uma simples fórmula. Quando o hóspede se retira, o dono da casa chega primeiro à porta, não para dizer uma amabilidade, mas para mostrar que o hóspede é o dono da casa, acompanha-o até o último degrau e, muitas vezes, até à rua. Isso é tão comum, como o é o costume de fazer presente de um objeto que a pessoa gaba; por exemplo, na viagem às minas encontramos um capitão Ferreira que montava um cavalo bonito e de

excelente andar e como eu por acaso o dissesse, quis ele presentear-me com o animal, do que, com muita dificuldade pude declinar. Tais casos se dão freqüentemente e no começo embaraçam muito os estrangeiros que, por isso, são tidos por menos educados” (p. 28)

E não poderia o viajante sueco ter melhor remate que este:

“O tempo passa depressa num país onde se gozam de tantas finezas como em São Paulo. Passamos uma semana inteira em divertimentos, entre os quais, além de bailes e teatros, devo mencionar um passeio organizado pela Marquesa de Alegrete (esposa do governador) no outro lado do rio Tietê, onde nos divertimos o dia inteiro. Muitas senhoras casadas e moças bonitas compunham a comitiva que, toda unida, partiu da cidade acompanhada por um enxame de ordenanças e criados.” (p. 28)

As próprias festividades religiosas (e eram muitas) despertaram a atenção de Beyer, como as que assistiu após o regresso de uma pequena viagem que realizou a Itu e a Sorocaba. Coincidiu com a data de “Corpus Christi”, uma das mais festejadas datas do calendário católico. Descreve pormenorizadamente a cerimônia, ressaltando seu caráter social, tão importante, a seu ver, quanto o religioso. A descrição que nos oferece de um jantar no convento dos franciscanos é expressiva:

“Finalmente soou a campainha do refeitório do convento e os convidados foram conduzidos por um extenso corredor até a sala de jantar, onde todos se acomodaram ao longo de uma imensa mesa que quase vergava sob o peso do que podia haver de superior e melhor nesta terra. Em todos os cantos da sala havia mesas para os trinchadores. O serviço era feito exclusivamente por noviços e bebiam-se os melhores vinhos europeus como se estivéssemos em qualquer capital do velho continente. Não posso negar que o jantar era tão alegre e livre como interessante por sua raridade, e tão pouco posso negar que debaixo destas sotainas negras, que em geral se distinguiam pela tristeza e menosprezo do mundo e dos homens, encontrei pessoas distintas, não somente instruídas, como respeitáveis na sua vida social. As saúdes mais notáveis eram: depois do brinde, em honra da Real Família de Bragança, das nações que enfrentavam Napoleão, a russa e a sueca, e foi para mim imensamente agradável, tão longe da pátria, em tal companhia e em tal lugar, ter a felicidade de beber à saúde do meu rei e do grande príncipe, cujos feitos foram enaltecidos neste Novo Mundo. Terminado o jantar, às sete horas da noite, fomos

convidados a uma outra sala para a sobremesa, cuja quantidade excede a toda a descrição. Numa grande mesa quadrada, todas as frutas e todos os vinhos da América do Sul, acompanhadas dos mais finos vinhos europeus e cerveja branca e preta, o que, aqui, é uma grande raridade, para cuja conservação são necessárias boas adegas. No centro da mesa, a figura de uma mulher representava a América com uma cesta de frutas numa mão e noutra uma pequena garrafa de vinho; ao redor dela, formando escada, uma porção de doces secos envoltos em papel colorido, o que muito se prestava para presentes às damas, razão porque a pobre América foi logo despojada dos ricos doces que guardava e levada para a Sociedade Imperial, onde iria servir nos jogos de prenda, muito em voga em São Paulo”.

E para sua despedida de São Paulo, uma “brilhante festa” em Santo Amaro, onde passou dois dias “em divertimentos com canto, música e dança que sempre acabavam em serenatas em honra das damas, depois de já recolhidas em seus aposentos”.

Em troca de todas as gentilezas recebidas na estada em São Paulo, entenderam Beyer e dois compatriotas que com ele viajavam de oferecer um baile de despedida “em reconhecimento por todas as gentilezas que nos foram dispensadas”. A essa festa compareceram 150 convidados, que “pareciam todos satisfeitos”. E remata lembrando que entre as danças executaram-se “lindos trechos do grande compositor do Rio de Janeiro, sr. Marcos Portugal, modinhas brasileiras e outros bonitos cantos. À mesa foram brindados a Família Real, o governador geral e as paulistas e o baile continuou, com ininterrupto serviço de refrescos, até três horas da madrugada, quando os convidados se retiraram (...) As extraordinárias provas de amizade e de interesse que tive, tanto do governador, Marquês de Alegrete, como de muitos outros paulistas, serão sempre lembradas com a máxima gratidão”.

Algumas razões permitimo-nos invocar para o excesso de transcrições do texto de Beyer. Em primeiro lugar, o quase desconhecimento de seu relato, publicado pela primeira vez entre nós, conforme indicamos, em 1908 e não em volume que pudesse ser adquirido pelo leitor eventualmente interessado, mas inserto nas páginas de um volume da Revista do Instituto Histórico de São Paulo, publicação praticamente restrita aos sócios do Instituto. E mesmo a nova edição que dele fizemos,

quase noventa anos depois, patrocinada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas também não teve caráter comercial, pois foi inserido em um número especial da “Notícia Bibliográfica e Histórica” (nº 145, jan/mar de 1992). Por essa razão tornou-se Beyer talvez o menos conhecido dos inúmeros viajantes que nos visitaram e escreveram sobre nosso país. Daí, nosso interesse em divulgá-lo.

E como se não bastasse, acrescentaríamos a natureza de seu relato, que destoa de todos os demais de outros viajantes por abordar aspectos, no mais da vezes inéditos dentro da literatura de viagens referentes a São Paulo, implicando, por assim dizer em um sentido de originalidade que não é de se desprezar, pois nos dá “uma visão diferente de São Paulo no início do século XIX” como deixamos claro no próprio título desta comunicação.*

(*) Este texto foi elaborado especialmente para a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica a ser apresentado na reunião anual realizada no Rio de Janeiro em julho do ano passado. Tal, entretanto, não ocorreu devido à impossibilidade de comparecimento do autor.

APENAS ALGUNS RECORTES DE COMO FOI CAMPINAS DESENVOLVENDO SUA CULTURA E RECREAÇÃO AO FINAL DO SÉCULO XIX

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

O intuito neste momento é o de apenas apresentar parte de uma pesquisa em andamento sobre algumas Associações Culturais/Recreativas que funcionaram em Campinas já desde o final do século XIX.

Deixo claro que ao longo do tempo as instituições privadas representaram um ponto de mescla social e sua principal característica esteve sempre na participação coletiva de seus sócios dentro de lugares públicos. Nelas, todavia, as práticas culturais desenharam o contorno de grupos sociais determinados e tiveram, ao longo de suas durações, o papel de informar sobre o nível de desempenho dos mesmos.

Dessa forma, em Campinas, tais Associações representaram bem o exemplo dos novos lugares de concentração que a elite da cidade produziu e que acabaram por reunir, muitas vezes, um público popular.

Tais agrupamentos humanos reunidos em torno de saraus lítero-musicais-dançantes-físicos desenvolveram relacionamentos que se tornaram como destacados lugares de encontro e modificaram o uso do tempo livre e de lazer da comunidade, deixando, outrossim, traços marcantes na afirmação de Campinas como significativo pólo cultural.

Onde há semelhanças e diferenças¹ bastante visíveis (caso, por exemplo, de clubes, conferências e associações) também existem pontos de identificação do indivíduo a partir dos quais eles se aproximam ou se afastam de um lugar, de uma pessoa, de uma maneira de ser ou de

⁽¹⁾ VENÂNCIO FILHO, Paulo. *Primo entre si, temas em Proust e Machado de Assis*. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

um valor. Assim, no estudo da História das Mentalidades, como bem expressou Adeline Daumard², se pode permitir o conhecimento *dos valores que sustentam uma sociedade*.

Vem sendo curioso constatar que ao trabalhar algumas dessas Associações, embora a iniciativa na maior parte das vezes tivesse partido da elite, ela não exigiu exclusividade ao ingresso de novos associados principalmente nos clubes e sociedades. Assim, a ética e a manifestação de solidariedade acabaram por aproximar em muitos momentos pessoas de partidos políticos divergentes (pelo menos na apresentação de suas plataformas...).

Havia, portanto, um discurso fundamental, um certo comportamento, uma ética que predominava nesses agrupamentos sociais.

A sociabilidade foi o caminho que utilizei para melhor entender a questão da participação na vida coletiva e as formas de consumo do tempo livre, ou seja, aquele depois do consagrado ao trabalho, à família ou ao culto religioso.

Como no momento analiso apenas alguns cenários sociais, o recorte local traçou um panorama do espaço social construído de início (a partir de 1870 mais sensivelmente) pela elite campineira, levando em conta padrões de civilidade que então ditaram as normas de sociabilidade às elites urbanas inseridas no contexto da civilização ocidental onde o modelo da sociabilidade francesa foi o mais enfático na cidade e, apenas a partir aproximadamente de 1920 é que outros foram aos poucos sendo incorporados (caso do inglês e americano). Da mesma forma o padrão econômico-político também se modificou o que, em verdade, atingiu todo o mundo.

Ao estudar um espaço urbano notamos que o tempo na cidade apaga muitas marcas, embora outras tantas permaneçam; nessas, percebemos a presença de vários tempos no espaço caracterizados por uma variedade de testemunhos de muitas épocas. Nas que se apagaram, a memória se encarregou de guardá-las.

Campinas desde cedo apresentou espaços de lazer organizados - caso, entre outros, dos salões de baile - enquanto que os clubes,

⁽²⁾ DAUMARD, Adeline. *La bourgeoisie parisienne (1815-1848)*. Paris. Le Seuil, 1996.

hotéis, e os de ar livre (entre os quais chácaras e pesqueiros) foram aparecendo à medida que se ampliavam os espaços de sociabilidade.

Lembro que mesmo ao tempo do Império, quando uma forte centralização acorrentava o Município à Província, Campinas se distinguiu pela iniciativa e arrojo de seus moradores aliada ao espírito independente e de associação; talvez até por isso tenha sido concebida por várias décadas como exemplo de florescimento material e cultural.

Considerarei então que a partir de final do século XIX a cidade se tornou uma ampla e operante *oficina*, não apenas decorrente de sua agitação industrial, mas também, por já demonstrar o que era capaz de produzir, consorciando atividades municipais à iniciativa particular (observem que o fato não é tão atual como muitos querem propor...) o que a tornou um campo ativo de trabalho, bem-estar e conforto para a época. Aliás, cumpre dizer que as Associações legalmente constituídas já estavam isentas de impostos municipais, segundo rezava a Lei nº 36 de 28 de abril de 1895, o que muito contribuiu para o florescimento delas³.

É notória a importância que não apenas clubes e associações, bem assim as famílias abonadas demonstraram no sentido de possuírem bibliotecas o que significava, respectivamente, a capacidade educacional da instituição e, na outra ponta, o poderio econômico e a distinção social em as possuir em seus lares. Eram elas basicamente compostas de autores franceses e alguns nacionais que se destacavam na época, tudo a demonstrar o quão significativo era à elite e incipiente burguesia campineira ostentarem que possuíam erudição.

A partir dos anos 1930/40, também algumas poucas famílias de classe média que conseguiram ascender socialmente, começaram a adquirir o hábito de possuir em suas casas bibliotecas, se bem que não fossem constituídas em sua maioria com obras internacionais destacadas do período (sobremaneira francesas). Permanecia aí o então hábito de enfeitarem suas salas com obras luxuosamente encadernadas. Alguns desses lares, a exemplo da elite/burguesia, possuíam também piano, embora o violão e a viola fossem os mais comuns.

³ O material até agora pesquisado/analísado é decorrente do contido na Literatura de Viagens, na Imprensa Campineira e Almanques relativos ao período em questão.

À época, principalmente as famílias da elite que tinham entre seus membros profissionais liberais (sobretudo médicos e advogados) possuíam em seus domicílios obras de valor, além do que ricamente encadernadas (caso, entre outras, dos Souza Morais, Souza Queiroz, Rezende Martins, Paula Souza).

Destaco que a maioria das associações e clubes estava localizada na parte central da cidade, pois, era ainda o local marcado pela distinção social, uma vez que nesse espaço urbano se encontravam as moradias de abonados fazendeiros, notórios profissionais liberais, o que bem leva a compreender o porquê dessas instituições lá se localizarem.

Nesse sentido, a Rua Barão de Jaguará (antiga Rua de Cima) abrigou, bem como seu entorno, vários desses estabelecimentos, além de ter sido também cenário privilegiado para a realização de procissões, para desfiles carnavalescos, dos quais o corso era o mais concorrido, contando com a participação das famílias tradicionais campineiras que, nesse momento, se relacionavam muito à vontade com a multidão. Era ainda essa rua o local do melhor comércio, confeitarias, cafês, o lugar do *footing*, onde as famílias abonadas residiam (nela ou em sua circunvizinhança). Era esse espaço a própria *vitrina da cidade*.

No que tange à sociedade de dança, lembraria entre outras tantas, o *Club Semanal*, a mais antiga da cidade (1857), organizada modestamente e com poucos recursos, uma vez que quase todos seus fundadores eram empregados do comércio. Suas reuniões eram semanais, ao som de violões ou modestas rabecas. A dança era o motivo principal da confraternização.

Os sócios fundadores eram pessoas de destaque na cidade - Bento Quirino dos Santos, Raphael de Abreu Sampaio, e Custodio Manoel Alves - tendo sido os responsáveis pela construção do edifício próprio em 1870, embora sua inauguração tivesse ocorrido em 1873. Na oportunidade ocorreu um baile que se tornou famoso em Campinas.

Mas, não poderia nesse vôo de pássaro deixar de lembrar o significado que teve a *Sociedade Luiz de Camões* (1880) ao proporcionar aos associados, em sua maioria composta por portugueses e/ou descendentes, reuniões recreativas e educacionais. Decorrente da educação recebida, quando da inauguração a biblioteca, se bem que modesta, já estava constituída, contando com 332 volumes.

A colônia espanhola radicada em Campinas também possuiu sua sociedade. Era a *S. Hespanhola Gásto Mendez Nuñes* (1886) homenagem feita ao marinheiro espanhol Mendes Nuñes. Era situada em lugar distanciado para a época, ou seja, à rua Senador Saraiva esquina de Benjamin Constant. Suas festas eram concorridas não apenas pela sedução de sua música apresentada ao som de castanholas, como também pelo fato de que os recursos angariados em suas festividades serem destinados aos mais carentes.

Não poderia no momento deixar de destacar uma sociedade de dança fundada por vinte jovens (1890) - *Eden Campineiro* - que apesar de proporcionar apenas a cada três meses reuniões familiares, era uma das mais animadas, contando com a presença de todos os segmentos sociais da cidade.

O *Club Campineiro* (1891) funcionava num grande e belo sobrado situado à rua Barão de Jaguara esquina de General Osório (quem não o relembra até hoje, nem que seja lendo jornais da época, almanaques...). Possuía salas de leitura, de jogos (onde o carteadado era o forte), além de promover conferências (muito ao gosto do campineiro d'outrora).

Nesse espaço houve bailes famosos, além de vários concertos e sessões de declamação. Lembro que seu Presidente, quando da inauguração, era Orosimbo Maia e o gerente, por muito anos, foi o historiador e pintor da cidade José B. de Castro Mendes, cujas obras são até nosso cotidiano indispensáveis para o conhecimento da antiga Campinas.

O *Gremio Commercial* (1889) era constituído por sócios de todas as classes sociais. Tinha por finalidade primeira promover bailes e concertos, além de conferências literárias. Os jogos de bilhar e dominó também lá foram constantes. Sua biblioteca era modesta, mas, vale lembrar o esforço realizado à época para conseguir formá-la com o intuito de melhor promover o crescimento cultural dos associados.

Júlio Frank de Arruda, Raphael Duarte, Jayme de Moraes Salles, Orosimbo Maia foram os responsáveis pelo surgimento do *Recreio Familiar* (1890) que, trimestralmente promovia saraus dançantes, sendo frequentado, em maioria, pelos abonados da cidade e onde também eram debatidos assuntos de interesse da comunidade.

Mas, já havia desde o final do século XIX também a preocupação com a aparência física e saúde do corpo. Assim, a *S. Allemã Gymnastica Infantil* (1885) e o *Club Athletico* (1896), foram os primeiros a manterem na cidade espaços desse tipo. Suas primeiras diretorias foram compostas por imigrantes/descendentes de alemães moradores em Campinas - só lembrando: nesse período foram seus presidentes, respectivamente, Emilio Kohn e Guilherme Hennings.

O *Club Athletico* possuía inclusive vários aparelhos específicos para a realização de fisiculturismo, além de promover a cada três meses saraus dançantes, enquanto que a *S. Allemã* se preocupou em formar sadiamente os menores de dezoito anos. Duas vezes ao ano ela promovia reuniões para demonstrar os benefícios que os exercícios e as danças estavam produzindo à juventude. Nesses momentos não apenas as famílias como seus convidados lotavam o espaço, cuja sede embora não fosse suntuosa, possuía muito calor humano ao longo das festividades (ela funcionava à Rua São Carlos, entre as de José de Alencar e Álvares Machado).

Em 1893 foi fundada a *Sociedade Scandinava* com a finalidade de proporcionar reuniões recreativas e, principalmente, auxiliar os associados - *filhos* - *irmãos* - que se encontravam ao Norte da Europa.

Pela receptividade da primeira, em 1897 foi inaugurada a *Sociedade Scandinava de Leitura* (Norden) tendo sido uma das primeiras da cidade que teve por objetivo explícito proporcionar aos sócios a leitura de livros e jornais.

Mas também o samba não foi descurado na cidade nesse período. Assim, a *S. Carnavalesca Democráticos* (1889) e a *S. Carnavalescas Fenianos* (1900) se preocuparam em apresentar diferentes alegorias durante os festejos místicos apesar do número de sócios não ser lá muito significativo (não passavam de 200 sócios na *S. Carnavalesca Democráticos*).

Interessante foi o *Club Mozart* (1884) por ser composto apenas por discípulas de piano do Prof. Luiz de Pádua e que teve por objetivo divulgar autores clássicos e brasileiros. Realizava trimestralmente *soirées* musicais. Sua diretoria era organizada mediante sorteio (até o momento foi a única que encontrei desse tipo). Por ocasião da funda-

ção - outro aspecto que me chamou atenção - é que toda a diretoria era composta por mulheres.

O canto coral foi também muito cultivado na cidade. Dessa maneira, uma das mais antigas associações foi a *Sociedade Alemã de Canto-Concordia*, fundada pelo Prof. Theodoro Jahn e mais quinze sócios. Nela, o canto coral (em quartetos) acabou por incorporar às reuniões peças humorísticas. Mais uma vez era a significativa participação da colônia alemã radicada em Campinas, que chegou a contribuir também para a realização de excursões pelos arredores da cidade.

De igual modo a *Deutscher Handwerker Gesangverein Eintracht* (1890) cultivava a música de canto. Por ocasião da fundação, sua diretoria contava com significativos representantes da colônia alemã na vida sócio-intelectual campineira. Só para lembrar: seu Prof. era Carlos Zink; o Presidente, Carlos Hoffmann e o Secretário, Henrique Bahde.

Bandas? Desde 1895 foram representativas em Campinas. Apenas recordando algumas delas: *Banda Musical Ítalo-Brasileira* (1895) que contratava tanto festas religiosas quanto profanas, não apenas na cidade, mas para o Estado.

O pessoal que a compunha era de descendência italiana, portuguesa e alemã; a *Banda Musical Carlos Gomes* (1899) era a mais famosa e conhecida da cidade e que, aos *trancos e barrancos* ainda persiste, contando com elementos de todos os segmentos sociais (a maioria constituída por afros-descendentes); a *Banda da Fazenda Chapadão* teve uma interessante particularidade: foi composta pelos empregados daquela propriedade (de Isolina Barbosa Aranha) chegando a se apresentar em vários momentos cívicos e religiosos de Campinas.

O prosseguir da pesquisa está me levando à descoberta/análise de outras associações de danças, culturais, recreativas, assistenciais, beneficentes... representativas de uma das formas de exercício sócio-político de sua gente.

Levando em conta o que ensinou Marc Bloch⁴ ao afirmar que *a história é um esforço para o melhor conhecer, por conseguinte, uma coisa em movimento*, considere ainda que quando ocorrem frustrações ao

⁽⁴⁾ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa. Europa-América, 1965, p. 18.

nível sócio-político-econômico-cultural, concepções como a idéia de movimento do passado devem ser revisitadas uma vez que trazem em seu bojo o regionalismo e o conservadorismo, entre outros resultados da razão instrumental operacionalizada.

Dessa forma, dentre os vários aspectos do ocorrido na cidade de Campinas, ao analisar seu cotidiano nas micro-relações intersubjetivas com suas idiossincrasias que chegaram a expressar certa continuidade e identidade de tradições, já pude constatar que à medida que as pessoas foram se agrupando, mudanças profundas ocorreram em seus modos de vida. Exemplificando: a desumanização com a divisão social do trabalho e espacial, apesar de que apenas a partir de 1930 foi que a estrutura, a dinâmica urbana e física da cidade se tornaram mais complexificadas, massificadas, acabando por agravar, entre outros, os problemas relativos ao consumo coletivo, higiene, saúde, educação e habitação.

Através do estudo das associações campineiras tenciono, pois, recuperar o vivenciado a fim de que sejam revelados os múltiplos aspectos de uma sociedade onde avultaram (am) experiências várias e como os diferentes momentos de seu processo histórico representaram e/ou não ocasiões de pressão, preconceitos sobre as diferentes etnias que a compuseram (õem).

UM INDUSTRIAL ALEMÃO EM CAMPINAS AO FINAL DO SÉCULO XIX

Duílio BATTISTONI FILHO

Contando com um progresso inigualável a partir de 1870, graças às rendas da exportação de café e do grande desenvolvimento imigratório, os fazendeiros de Campinas antes mesmo da abolição da escravatura, começam a substituir a mão-de-obra escrava pela livre. Esses fazendeiros dotados de alto espírito empresarial criaram o Clube da Lavoura em 1876, que incentivava a procura de meios racionais para a produção, além de discutir temas ligados à utilização da força de trabalho, maquinários, comercialização de produtos, créditos agrícolas, etc. Entre aqueles que introduziram o trabalho livre em suas fazendas, temos o Visconde de Indaiatuba, Joaquim Bonifácio do Amaral, que, em 1852, constituiu uma colônia de alemães em sua fazenda Sete Quedas.

Campinas passa a receber imigrantes alemães nessa fase de prosperidade em todos os setores. Aqui se estabelecem, abrem negócios e prosperam. Como industriais ou como prestadores de serviço, entram em contato com mais variados setores da sociedade civil estabelecida, geram empregos, relacionam-se com os barões e com pessoas do povo, sejam ricos ou pobres. Diferente do que ocorreu no sul do país, onde colônias são montadas, estrategicamente, principalmente em São Leopoldo, Novo Hamburgo e Blumenau.

Dentre os imigrantes alemães que se estabeleceram em Campinas vamos analisar a figura de *Johan Ludwig Benjamin Faber*, que veio a esta cidade em 1858 e, nesse mesmo ano instala sua fundição, a primeira de Campinas nesse ramo. Em Berlim, cidade onde nascera já era conhecido por ser um hábil artista e pela sua honestidade, tendo sido

nomeado pelo governo alemão, a 21 de novembro de 1850, *chefe da comissão examinadora dos operários candidatos ao título de oficiais*.

Dotado de boa fé, foi iludido por um desconhecido que o convidou para ir ao Rio de Janeiro para assumir a função de mestre nessa cidade. Qual não foi a sua surpresa ao chegar à cidade, acompanhado de nove oficiais, e não encontrar a pessoa que o convidara e nem a oficina.

Essa situação de Faber não era nova. Muitos imigrantes já tinham passado por essa situação, ludibriados por propagandas enganosas dos agentes da imigração. O governo alemão chegou a proibir a imigração para o Brasil. Idêntica medida foi tomada também pelo governo italiano.

O senador Nicolau de Campos Vergueiro, proprietário da fazenda Ibicaba, no município de Limeira, sabendo de sua permanência no Rio, convida-o para trabalhar na sua propriedade, pois necessitava de um artesão especialista em ferro e de um intérprete nas relações com os colonos suíços que ali trabalhavam. Dotado de grande capacidade de trabalho, Faber chegou a ser administrador da fazenda.

Em 1858, como vimos, instala-se em Campinas com sua fundição. Nos primeiros anos sua firma passa por sérias dificuldades, como a aquisição de matérias-primas dos mercados alemão ou inglês, pois as reservas brasileiras de ferro, nesse período, eram pouco exploradas devido à sua localização e, à precariedade da tecnologia quanto à exploração mineral. Além do mais, os consumidores preferiam os produtos estrangeiros já que os produtos nacionais eram extremamente caros devido aos preços altos das matérias-primas importadas. A própria municipalidade não ajudava. Basta dizer que quando da aprovação pela Câmara para que fosse executada a captação da água do córrego Tanquinho para os chafarizes da cidade, os canos de ferro fundido foram importados de diversos países europeus, em vez de serem adquiridos na Fundição Faber, ou em qualquer outra fundição da cidade, como a de Pedro Anderson, que existia desde 1874.

Passado esse período de turbulência, pôde o estabelecimento prosperar, alcançando um grande número de encomendas. A produção aumenta e fabricam-se pontes de ferro (rio Guapeva), grades, portões, candelabros, encanamentos para bombas hidráulicas, moendas para

engenhos, como aquela destinada à Destilação Central de Itu, pesando mais de oito toneladas, e muitos outros produtos.

As vendas crescem extraordinariamente para outras regiões de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. A firma também forneceu à Companhia Paulista de Estradas de Ferro todas as peças de bronze e ferro fundido de que necessitava, bem como os diversos portões, grades, portas, colunas, bandeiras de portas e candelabros que ornamentavam os palacetes dos barões do café e da Catedral que estava sendo construída.

A fábrica, apesar dos altos custos dos produtos e a dependência que tinha da importação de máquinas e matéria-prima, conseguia se manter. Entretanto, os problemas começam a acontecer e as dívidas aumentam. Duas vezes, Faber chega a hipotecar o seu estabelecimento, tendo feito o mesmo com uma das casas que possuía.

Com a sua morte em 1878, a firma passa para a viúva e dois de seus filhos, Pedro e Henrique. Apesar dos pesares, os negócios continuam. Nessa época, a razão social da firma passa a ser *Viúva Faber & Filhos*. Em 1885, por ocasião da Primeira Exposição Regional de Campinas, o estabelecimento, com 42 operários situava-se na rua Regente Feijó, 154, esquina com a rua Duque de Caxias.

As dificuldades continuam, as incertezas são imensas. Corriam processos por não pagamento de dívidas, alguns, inclusive, de firmas sediadas em outras cidades, como Rio de Janeiro. Várias causas levaram a essa crise, como por exemplo, dificuldades financeiras, presença de uma mulher à testa do estabelecimento, num meio masculino e que não deveria agradar muito aos senhores com os quais a firma negociava. Em todos os processos de justiça comercial dessa firma, as situações eram sempre feitas a um dos filhos e nunca à viúva. Como vemos, o preconceito contra a mulher já vinha dessa época.

Um fato inusitado foi que a firma e a família sobreviveram à década de 1890, quando a epidemia de febre amarela assolou a cidade. A educação que Luís Faber dera a seus filhos frutificaria, pois, em 1898 podemos encontrar Henrique Faber na posição de subdelegado de polícia do distrito de Santa Cruz. A fundição da família, por sua vez, continuaria a prestar relevantes serviços à cidade até 1909, quando fechou por motivo de falência.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- (1) Camillo, Ema E. R. ***Guia Histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887)***. Campinas SP: Mercado de Letras; Centro da Memória, Unicamp, 1998.
- (2) Karastojanov, Andrea Mara Souto. **Vir, Viver e Talvez Morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o Segundo Reinado**. Campinas SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória, 1999.

RELAÇÕES FRANÇA-BRASIL

Arno WEHLING*

O Guia de fontes para a história franco-brasileira: Brasil-Colônia, Vice-Reino e Reino-Unido (Apresentação de F.C. Weffort, estudo introdutório de Vasco Mariz. Recife, L. Dantas Silva, 2002) é um instrumento de trabalho organizado pelo pesquisador Marco Antônio Golçalves Machado, que levanta instituições francesas onde existem documentos de interesse para o Brasil, do período anterior à Independência.

No atual nível de especialização e sofisticação da pesquisa histórica, os guias, inventários, catálogos e índices são meios indispensáveis para auxiliar o historiador a orientar-se na multidão de documentos que encontram-se dispersos em diferentes locais - países, cidades, instituições públicas e privadas.

Superado o *falso problema* da “história interpretativa” versus “história factual”, que pressupunha a possibilidade de elegantes construções teóricas serem capazes de dispensar o trabalho de comprovação documental, e conseqüentemente a ida a arquivos, verificou-se que as perguntas colocadas pelo historiadores continuavam necessitando da busca às fontes produzidas no passado, tanto quanto de boas construções hipotético-dedutivas.

No Brasil, como em outros países americanos ou europeus, esse interesse pelos arquivos esteve intimamente relacionado à construção da identidade. Identidade nacional, sobretudo, mas também regional. Assim, sabemos que logo depois de fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, buscou-se coligir documentos sobre a História do Brasil, nas províncias e no exterior. Várias missões desta

^(*) Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

entidade realizaram-se por meio das atividades diplomáticas de Varnhagen, Vasconcelos Drumond, Antonio Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa, com o que o governo imperial atendia não só a seus interesses políticos e comerciais, mas também culturais e ideológicos. Pernambuco tomou iniciativa semelhante, enviando José Hígino a Haia para coligir documentos sobre o período holandês e em São Paulo o Museu Paulista, nas direções de Afonso Taunay e Sergio Buarque de Holanda, editou documentos copiados do Arquivo Geral das Índias, de Sevilha, sobretudo a propósito dos bandeirantes.

Esforços continuaram sendo efetuados em diferentes momentos ao longo do século XX, quer com a transcrição de documentos, quer com a edição de guias e inventários. Tais esforços tiveram seus pontos altos em *momentos comemorativos*, como os dos centenários da Bahia (1949), São Paulo (1954), Rio de Janeiro (1965) e, mais recentemente, por ocasião das comemorações do V. Centenário do Descobrimento do Brasil.

O *Guia de fontes para a história franco-brasileira* nasceu desse conjunto de circunstâncias. É subproduto do importante *Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco*, iniciativa do Ministério da Cultura que tem como seus inspiradores o ministro Francisco Weffort, o embaixador Wladimir Murtinho e sua coordenadora técnica, Esther Caldas Bertolletti. O Projeto propôs-se não só a verbetar documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, de Portugal, referentes às capitanias brasileiras - trabalho que já pode ser parcialmente consultado em diferentes instituições de pesquisa do Brasil - como editar guias de fundos documentais “existentes nos países com os quais o Brasil manteve um relacionamento mais estreito” até 1822.

O *Guia* relaciona os fundos existentes nos Arquivos Públicos franceses, tanto os arquivos centrais (Arquivos Nacionais e arquivos dos ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros) como os provinciais e os das câmaras de comércio de Baiona e Marselha. Inclui também os fundos das seções de manuscritos de bibliotecas públicas em Paris e outras cidades, bem como o arquivo dos capuchinhos, também em Paris. A referência a cada arquivo possui uma ficha de informações, onde constam suas condições de funcionamento, os setores onde existem documentos relativos ao Brasil, com indicações para sua localização e os

instrumentos de pesquisa específicos, como inventários datilografados ou impressos, se existentes.

A utilidade do *Guia* está diretamente relacionada à relevância da presença francesa no Brasil colonial. Quase sempre combatida, em especial porque contestava a doutrina ibérica do *mare clausum* e conseqüentemente o monopólio português fixado pelo Tratado de Tordesilhas, ela foi extremamente significativa, ao longo da costa, com a exploração do pau-brasil e no Rio de Janeiro, no Maranhão e na foz do Amazonas.

Vale lembrar que este *Guia* completa os catálogos elaborados por Cícero Dias, em 1972 e 1975 e o recente *Manuscritos do Fonds Portugais* da Biblioteca Nacional francesa, editado em 2001 pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, em Lisboa.

O Estudo Introdutório ao *Guia*, de autoria do historiador Vasco Mariz, um conhecido especialista na história da música brasileira que recentemente enveredou, com igual competência, pela experiência da França Antártica de Villegagnon no Rio de Janeiro, situa com precisão os pontos altos dessa presença francesa. Ele a estende desde a expedição de Palmier de Gonneville, em 1503, até a incorporação e posterior devolução da Guiana Francesa, já no período de D. João VI.

Trata-se, portanto, para todos aqueles que iniciarem uma pesquisa histórica sobre temas coloniais franco-brasileiros, de um fio de Ariadne realmente indispensável.

DONA CLÉOFE

João Bosco Assis DE LUCA

Não recebeu a atenção que mereceria, por parte da nossa imprensa quotidiana, o desaparecimento da musicóloga Cléofe Person de Mattos (1913-2002), ocorrido no dia 2 de maio. Pois a fria e burocrática enumeração de seus títulos (membro da Academia Brasileira de Música, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Musicologia, professora emérita da Escola de Música da UFRJ), não é suficiente para dar uma idéia concreta da extensão do legado que dona Cléofe nos deixa, depois de acumular várias décadas de dedicação incessante às áreas musicais do estudo teórico, do ensino, da pesquisa e da regência coral.

Também não seria suficiente para demonstrar a grandeza de sua produção proceder a uma quantificação simplória: à primeira vista, todo o empenho da mestra só resultou na publicação de dois únicos livros de sua exclusiva autoria, a respeito de um mesmo compositor, um padre-músico do Brasil-Colônia, de cuja obra ela se tornara a maior especialista, chegando a gravar uma dúzia de discos.

Para melhor compreender o longo caminho percorrido pela mestra até sua consagração unânime numa área (a musicologia) em que a maior parte dos estudiosos permanece no anonimato, vamos recapitular quais foram os primeiros passos de sua carreira - deixando para os verbetes das enciclopédias a enumeração de títulos e honrarias (disponíveis a qualquer internauta que acesse o “site” oficial da Academia Brasileira de Música). Só assim perceberemos o motivo pelo qual dona Cleofe não se erigiu, nunca, em figura isolada e auto-suficiente, mas sim como modesta participante de um “continuum”, simples elo de uma corrente que remonta ao próprio padre-mestre que ela tornou conhecido no mundo todo.

Quando Cléofe nasceu, no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1913, parecia predestinada a beneficiar-se da condição de moradora de

um dos principais centros musicais das Américas, em que concertos, recitais e récitas de ópera faziam parte do cotidiano da população; rivalizando com os professores e artistas estrangeiros que nela vinham atuar, os artistas da própria Capital Federal já contavam com associações e elencos estáveis capazes de garantir a ocupação permanente das principais salas da cidade. Deslocando-se do Velho para o Novo Continente, na baixa estação (no período intermediário entre o final do verão e o início do outono europeus, final de inverno e início de primavera no nosso hemisfério), as companhias líricas, refazendo ano após ano a consagrada rota Buenos Aires-Rio de Janeiro-Cidade do México, sucediam-se no palco do recém-inaugurado Teatro Municipal de que a cidade tanto se orgulhava, garantindo-se, desse modo, o trânsito assíduo de bons regentes, orquestras e solistas (vocais e instrumentais). Revistas, partituras e gravações de música erudita ainda eram, em boa parte, importadas (e avidamente consumidas), mas, nas asas da efervescência modernista e da expansão do lucrativo mercado de música popular característica dos anos 20, a imprensa e a indústria especializadas locais parecerão recobrar o mesmo vigor exibido meio século antes, nas duas últimas décadas do império.

O período de retrocesso ou estagnação registrado por ocasião da Primeira Guerra Mundial e nos últimos anos da Primeira República será logo superado. Gerenciando a nossa rápida recuperação da depressão econômica - depressão que assolara todo o globo na virada para a década de 30, chegando a ameaçar seriamente o intercâmbio artístico entre o Brasil e os países estrangeiros -, o governo brasileiro pôde colocar em prática ideais herdados do tenentismo: aí se incluiria o resgate de antigas reivindicações republicanas, entre elas destacando-se a reorganização dos órgãos públicos em obediência a critérios mais racionais, democráticos e transparentes, com a substituição do velho clientelismo (que ainda caracterizara a República em seus primeiros tempos) pelas nomeações e promoções em atendimento exclusivo ao mérito pessoal dos beneficiados. Entre esses organismos estatais encontrava-se o Instituto Nacional de Música (continuador das tradições que remontavam ao velho conservatório imperial de Francisco Manuel da Silva, que assumirá em seguida a denominação mais apropriada de Escola Nacional de Música), instituição que, renovando-se, propõe-se colocar em prática um ensino voltado para uma formação mais sólida e abrangente dos futuros músicos profissionais.

Dentro desse projeto, tem posição de relevo a criação da “Revista Brasileira de Música” - que, começando a circular em março de 1934 (estendendo-se, em sua primeira fase de existência, até o volume X, correspondente ao ano de 1944), impõe de imediato um padrão semelhante àquele das melhores revistas especializadas da Europa.

É nessa fase auspiciosa que a Escola Nacional de Música (atual Escola de Música da UFRJ) chega a superar, no ano do ingresso de Cléofe Person de Mattos no curso superior de composição e regência (1936), a expressiva cifra de 2.400 alunos matriculados, cerca de metade deles (1.161 alunos) concentrados justamente no curso de terceiro grau, cuja duração era de cinco anos para aqueles que desejavam diplomar-se maestros de nível universitário, aptos para todos os níveis de docência.

Simbolicamente, Cléofe vê sucederem-se, no corpo docente dessa renomada escola, duas gerações de professores brasileiros: já em 1937, às vésperas de completar 70 anos de idade, Francisco Braga (1868-1945), elo de ligação entre os universos musicais de Carlos Gomes e Villa-Lobos, retira-se da cadeira de instrumentação e composição para dar lugar ao ainda jovem e progressista Lorenzo Fernandez (1897-1948); paralelamente, a aluna será instruída por diversos outros mestres, entre os quais se destacam Paulo Silva (1892-1967), que ministra aulas de contraponto e fuga, e o brilhante maestro Francisco Mignone (1897-1986), que se encarrega de iniciar a jovem na arte-ciência da regência.

Graduada em 1940, completará sua formação freqüentando o curso de especialização em canto orfeônico criado por essa mesma época por Heitor Villa-Lobos (1887-1959); ali, entrando em contato com um numeroso grupo de moças igualmente imbuídas dos ideais de verdadeiro apostolado musical característico da época, Cléofe decide fundar, ainda em 1941, o Coro Pró-Música, inicialmente composto só por vozes femininas, transformado em 1946 na Associação de Canto Coral - à cuja frente a maestrina irá manter-se por meio século.

No campo teórico e institucional, o Rio de Janeiro dos anos 30-40 vinha testemunhando a aproximação e o apoio recíproco de alguns aplicados estudiosos que acabariam por se tornar os arautos da moderna musicologia brasileira. Entre eles, quatro se destacavam: o paulista Mário de Andrade (1893-1945), o paranaense Andrade Muricy (1895-1984), o

baiano Renato Almeida (1895-1981) e o carioca Luiz Heitor Corrêa de Azevedo (1905-1992).

É difícil exagerar a importância da atuação desse grupo, admiravelmente harmonizado no que se refere à constante valorização da produção nacional e ao consenso quanto à importância da sistematização das pesquisas folclóricas, até então limitadas a focos regionais de preservação de tradições populares. Dele se irradia, para os quatro cantos do país, enorme influência na formação da plêiade de valores nacionais que irromperão Brasil afora a partir dos anos 50. Mas é fácil perceber que, dentre esses quatro vultos eminentes, um deles (talvez o mais laborioso), pelas próprias características de seu trabalho, será sempre pouco promovido pela mídia, tornando-se, conseqüentemente, menos conhecido do grande público: Luiz Heitor.

Sobre sua pessoa acumulam-se dois cargos-chave nos quadros do Instituto Nacional de Música, do qual ele próprio foi aluno brilhante: é bibliotecário da instituição desde 1932 e responsável pela redação da “Revista Brasileira de Música” desde sua criação (desde 1934, como vimos) até 1942. E a convergência de interesses torna inevitável a aproximação entre Clóefe e Luiz Heitor: dando continuidade às atividades de pesquisa que a apaixonavam desde a adolescência e que a tornavam sua colaboradora oficiosa no trabalho de preparação da revista, a recém-formada maestrina de 1940 já assume, em 1941 (juntamente com sua colega Mercedes de Moura Reis), a responsabilidade pela redação da seção de revisão dos periódicos recebidos em permuta pela Escola Nacional de Música. Seção cuja importância estratégica, com relação aos elevados objetivos didático-pedagógicos da revista, é enfatizada em nota redigida pelo próprio Luiz Heitor; nas entrelinhas dessa nota e no desdobramento da referida seção, observamos que aquele posto representava, de fato, uma verdadeira prova de fogo para as duas moças: delas exigia-se leitura de pelos menos cinco idiomas (português, espanhol, italiano, francês e inglês), aguçado senso crítico, superior capacidade de análise e de síntese, além de pleno domínio da metodologia expositiva.

Vítima das oscilações do câmbio e dos preços proibitivos assumidos pelo papel importado no período de conflagração da Segunda Guerra Mundial, a revista míngua (passando de quatro para uma única edição anual) e acaba por sucumbir justamente no ano (de 1944) em que

Cléofe assumira oficialmente todos os encargos de editoração do periódico, tomando-se seu quarto e último redator, na sucessão de Luiz Heitor, Assuero Garritano e Eurico Nogueira França.

Esses percalços não esmoreceram, no entanto, o ânimo daquele trio de pesquisadores: Luiz Heitor, Cléofe e Mercedes despendem os anos restantes para o fechamento da década de 40 enfrentando o desafio de compor um perfil de toda a produção musicológica (tanto de senso lato como de senso estrito) do Brasil dos séculos XIX e XX - trabalho monumental que, abrangendo 1.639 itens bibliográficos, concretiza-se no volume de 252 páginas da “Bibliografia Musical Brasileira (1820-1950)” (Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde-Instituto Nacional do livro, 1952).

Mas por ocasião do lançamento dessa obra cada um deles já segue rumo diferente. Alçado à condição de dirigente educacional especializado junto à recém-criada Unesco Luiz Heitor instala-se definitivamente em Paris. Enfrentando desafio ainda maior, a partir de 1951, Mercedes de Moura Reis (que assume, depois de casada com Evandro Pequeno, o nome de Mercedes Reis Pequeno) trabalha na instalação da Seção de Música e Arquivo Sonoro da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - atual Dimas, Divisão de Música e Arquivo Sonoro -, à cuja frente permanecerá até sua aposentadoria, registrada em junho de 1990 (tendo completado 81 anos em fevereiro de 2002, dona Mercedes ainda se dedica à missão de atualizar, em bases correntes, a mesma Bibliografia Musical Brasileira, magnífico projeto agora encampado pela Academia Brasileira de Música). Seguindo a trilha de antecessores ilustres como Araújo Porto-Alegre, o Visconde de Taunay, Leopoldo Miguez e Alberto Nepomuceno, Cléofe propõe-se, paralelamente aos trabalhos de docente da UFRJ, reconstituir vida e obra do padre-mestre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), tarefa igualmente gigantesca que a manterá ocupada praticamente até o final do milênio.

Algumas datas simbólicas da trajetória da professora nessa segunda metade do século XX não poderão deixar de ser mencionadas. Em 1958, fruto de árduo trabalho de pesquisa no estabelecimento de uma partitura definitiva e de intensivo preparo dos cantores e instrumentistas envolvidos, Cléofe rege, ao lado do maestro Edoardo De Guarnieri, o concerto do Teatro Municipal do Rio de Janeiro em que é apresentada, para

assombro da comunidade musical internacional, a íntegra da Missa de Réquiem de 1816, obra máxima de José Maurício; lançada imediatamente em elepê do selo Festa, a obra atinge circulação mais ampla, abrindo caminho para a série de gravações (iniciada naquela mesma época) em que a Associação de Canto Coral terá papel relevante, seja em execuções “a cappella”, seja em composições de caráter vocal-sinfônico. Em 1965, sempre sob a direção da maestrina e por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, a associação excursiona pela Europa, participando de 22 concertos, apresentados em sete países diferentes. Em 1971 distribui-se o “Catálogo Temático das Obras do Padre José Maurício Nunes Garcia” (Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura-Conselho Federal de Cultura, 1970) - obra inigualável no gênero, que ainda hoje serve de modelo para os trabalhos dos especialistas da área - cujas 413 páginas, abrangendo 237 itens catalogados, resumem o trabalho de pelo menos trinta anos de pesquisa incessante em arquivos do Brasil e da Europa. Em 1986 a maestrina atinge o ápice de sua produção fonográfica ao gravar na própria Escola de Música da UFRJ, à frente do coro misto da Associação de Canto Coral e ao lado do maestro Henrique Morelenbaum (que rege a “Camerata Rio de Janeiro”), a íntegra da Missa de Nossa Senhora do Carmo, de 1818; nesse elepê do selo Clio, a beleza da partitura (uma das mais expressivas missas do padre José Maurício) é colocada em maior evidência pela utilização de equipamento capaz de garantir padrões de tratamento acústico superiores aos de todas as suas gravações anteriores. E finalmente, em 1997, publica-se o derradeiro texto da mestra, “José Maurício Nunes Garcia: Biografia” (Rio de Janeiro, Ministério da Cultura-Fundação Biblioteca Nacional-Departamento Nacional do Livro, 373 páginas mais o acréscimo de um suplemento iconográfico de 20 páginas) - livro em que a obra do padre carioca é revisitada e reapresentada à luz de novas descobertas, além de contraposta ao colorido pano de fundo histórico-social que caracterizou a transição dos séculos XVIII-XIX, período em que floresceu a arte de José Maurício.

Cumprir observar que, já idosa e muito doente (praticamente enclausurada em seu apartamento do bairro da Glória), além de desprovida de recursos para prosseguir suas pesquisas nos anos 90, dona Cléofe só conseguiu completá-las graças ao auxílio concedido (em 1991) por uma bolsa da Fundação Vitae; mas cumpre lembrar também que a própria escritora não terá a satisfação de ver publicado e distribuído seu último

livro: antes disso, mergulha no triste crepúsculo de um estado vegetativo que se prolongará até o início de maio último quando se lhe extingue o último lampejo de vida.

Tive a oportunidade de conhecer dona Cléofe em 1987, durante uma das sessões de musicologia histórica do Primeiro Congresso Brasileiro de Musicologia, realizada no auditório “João Baptista Julião”, do Instituto de Artes do Planalto (campus paulistano da Unesp). Nessa ocasião, eu tentava localizar os libretos do século XVIII que poderiam ter servido de inspiração para a composição da abertura sinfônica do padre José Maurício caracterizada por sua associação a “relâmpagos e trovoadas”, conhecida como “Zemira” (1803); relatando-lhe a inutilidade das minhas buscas e o esgotamento de várias pistas falsas, dela ouvi uma sugestão preciosa: deixar de lado as pesquisas da área lírica para dedicar-me a pesquisas do campo literário, investigando especialmente a possibilidade do padre-músico ter se limitado a fornecer uma espécie de comentário musical a algum texto traduzido (no todo ou em parte), encenado ou simplesmente recitado por um cultíssimo contemporâneo seu, o futuro Marquês de Maricá (Mariano José Pereira Fonseca, 1773-1848). Pouco tempo depois pude fechar aquela pesquisa, cujos resultados foram detalhadamente apresentados à 438 Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (sediada pela UFRJ em julho de 1991) e publicados no volume de anais desse congresso: o fato de Maricá ter sido preso por ocasião da Conjuração Carioca de 1794, constando dos autos da devassa a apreensão, em sua casa, de uma coleção das obras completas de Voltaire, constitui indício mais do que suficiente para sustentar a hipótese de que aquela sinfonia mauricana destinava-se a ilustrar a célebre cena da “tempestade seca” provocada pela aparição do fantasma do rei assírio Nino, na tragédia voltairiana “Semíramis”, representada pela primeira vez em 1748. Vinte anos depois da composição de “Zemira” (isto é, em 1823), Rossini utilizaria essa mesma fonte para compor, com base em libreto de Gaetano Rossi, um de seus mais célebres melodramas trágicos, a “Semiramide” - valendo-se dessa mesma cena para construir o denso concertante correspondente ao final do primeiro ato da ópera. Temos uma contraprova do impacto dramático produzido pela leitura daqueles vigorosos versos voltairianos, reforçado pela maestria do tratamento musical rossiniano: eles ainda ecoariam, em meados do século XIX, nas páginas de uma outra partitura, igualmente magistral: em sua “Grande fantasia sulla Semiramide” (opus

51), Sigismond Thalberg (1812-1871) utiliza-se exatamente dessa passagem da ópera como cerne para a elaboração de uma de suas mais vibrantes peças de concerto (hoje disponível em CD do selo Naxos, produzido em 1993 pelo pianista Francesco Nicolosi).

Este exemplo elementar e singelo de orientação que, na prática, consistiu apenas no fornecimento de resposta a algumas perguntas que eu fizera à pesquisadora, não demandando mais do que poucos minutos de sua atenção, serviria para demonstrar genericamente a importância do diálogo entre um aprendiz e seu mestre - no nosso caso, do diálogo entre um musicólogo principiante e uma pesquisadora experimentada, que àquela altura podia exarar sem maiores dificuldades recomendações embasadas em seus mais de 70 anos (idade de dona Cléofe àquela época) e em seu meio século de experiência na espinhosa área da musicologia histórica.

Mas, muito mais do que isso, a fecunda sugestão que me fez serviu para demonstrar, na prática, a importância de se exigir, daqueles que desejam expor-se ao trabalho extenuante e inglório característico do campo musicológico, sólida formação geral. E dona Cléofe era um exemplo vivo dessa qualidade, denotando em suas análises a visão polivalente da musicista ao mesmo tempo artista e cientista, historiadora, crítica literária, psicóloga e socióloga, múltiplos talentos largamente empregados em sua produção, mas que no plano pessoal eram trazidos ocultos por debaixo da capa de imperiosa regente que efetivamente foi.

E é por saber disto que prefiro lembrá-la não como aquela reservada senhora despojadamente vestida, com os cabelos presos num severo coque, como é invariavelmente mostrada pelas fotografias veiculadas nestes últimos vinte anos. Prefiro recordá-la tendo à minha frente a antiga foto reproduzida na contracapa de seu último livro, mostrando força e tenacidade estampadas na expressão da face e muita, muita inteligência transbordando na firmeza do olhar. Esta sim, seria aquela mesma moça que, em 1951, comparecia com assiduidade aos ensaios do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, para exercer a humilde função de preparadora, no adestramento e na lapidação dos talentos latentes dos cantores e instrumentistas participantes da estação outonal então intitulada “temporada lírica nacional”. Isso numa época em que a denominação de “temporada lírica” só era concedida ao alinhamento de pelo menos uma dezena de óperas diferentes, num repertório que se

estendia de Mozart e Pergolesi até Mussórgski e Puccini: um regente daquela idade áurea certamente daria risadas se soubesse que no início do século XXI empregariamos a mesma denominação para designar uma frouxa reunião de três ou quatro óperas previsíveis, apresentadas em montagens negligentes, estreladas por cantores medíocres - muitos deles conhecidos por exibirem-se (por falta de orientação adequada ou em obediência à lei do mínimo esforço) num único papel, por anos e anos a fio.

Tomando essa foto como ponto de partida e retrocedendo ainda mais no tempo, conseguiremos até imaginar a adolescente sonhadora que um de seus maiores amigos, o mestre e orientador Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, poucos anos mais velho, conheceu em 1933, quando ela ainda tinha 20 anos de idade. Ao descrevê-la pouco tempo depois, na matéria “Compositores no berço: a classe de composição do Instituto Nacional de Música em 1936” (texto reproduzido posteriormente em seu livro “Música e Músicos do Brasil”), Luiz Heitor analisa a peça por ela apresentada para comprovação de aproveitamento no curso de composição coordenado pelo maestro Francisco Braga, oferecendo-nos um aspecto insuspeitado da personalidade da grande pesquisadora que ainda se gestava sob a modesta aparência de aluna aplicada: “Com Cléofe Person de Mattos entramos em plena florescência romântica. A individualidade da jovem compositora ainda não conseguiu emergir daquela grandiloquência em que há claros vestígios da linguagem sonora dos grandes mestres românticos do piano. Mas a sua desenvoltura é de molde a inspirar-nos fundadas esperanças.”

NOTA: Optamos por omitir uma designação detalhada das fontes bibliográficas que nos permitiram proceder à reconstituição da carreira inicial de dona Cléofe; em sua quase totalidade, nosso texto foi elaborado com base nas informações contidas na própria coleção (em dez volumes) da “Revista Brasileira de Música”. Agradecemos a colaboração de dona Mercedes Reis Pequeno e seu pessoal de apoio sediado na Academia Brasileira de Música, que, mesmo à distância, pronta e gentilmente nos forneceram importantes dados complementares - permitindo o esclarecimento, por exemplo, da controvérsia relativa à data de nascimento da nossa homenageada.

A BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA E AS CORRENTES FILOSÓFICAS GRECO-JUDAICAS E CRISTÃS

JOÃO RIBEIRO JUNIOR

O macedônico Alexandre, o Grande, (336-323) tinha em mente fazer de seu imenso império uma unidade com interesses comuns, não só econômicos, como culturais. E a cultura só podia ser a grega, dado o alto nível espiritual da Grécia. Mas, se a Grécia, com seu imenso potencial de cultura, propagava a civilização, os costumes e a arte pelo Oriente, assimilava, por sua vez, as idéias orientais nos campos da religião, da filosofia e da arte, e substituía a sua organização para realizar esta simbiose cultural entre dois mundos de culturas diferentes. Esta nova forma de cultura passou a ser conhecida com o nome de *Helenismo*. E assim, os três séculos subseqüentes da vitória de Alexandre sobre a Ásia passaram à História com o nome de *Era helenística*.

Foi uma época de esplendor. Na arquitetura se nota um novo sentido da organização do espaço e o gosto pelo gigantesco. Associou-se à coluna dórica, de capitel simples, e à coluna jônica, de volutas, a coluna coríntia, de capitel com folhas de acanto estilizadas. O maior templo desta época é o de Apolo de Dídimo, ao sul de Mileto, na Ásia Menor. Destacam-se, também, a cidade de Pérgamo (hoje, Bergama, a uns cem quilômetros de Ismir), descoberta em 1864, pelo engenheiro alemão Karl Humann (1839-1896). De acordo com Ampélo, escritor romano do século II, o grande altar de Pérgamo era a oitava maravilha do mundo. Na pintura brilha Apeles, que retratou Alexandre; e no teatro, Menandro, de Atenas, que irá influenciar os romanos Plauto e Terêncio. Mais tarde, na História, irá aparecer Plutarco, cujas **Vidas Paralelas** (Vidas dos Homens Ilustres) de militares e estadistas gregos e romanos são o produto mais célebre do gênero biográfico.

Essa herança cultural pode ser avaliada pela famosa *Biblioteca de Alexandria*, cidade estabelecida por Alexandre, a oeste do delta, no istmo entre o mar e o lago Marcótis, perto do Nilo, onde se construiu um farol com 180m de altura.

Além da Biblioteca, havia ainda o *Museu*, rico de recursos científicos, observatórios, jardins botânicos, zoológicos, anfiteatros para anatomia, etc.

A Biblioteca parece ter sido fundada por Ptolomeu I, no bairro Brucchium, em Alexandria, por volta de 287 a.C. A Alexandria, nessa época, dividia-se em dois bairros: o elegante Brucchium, e o pobre Rhagotis. Segundo o historiador hebreu Flávio Josefo, o verdadeiro fundador e conservador da Biblioteca foi Demétrio de Falére, que recolheu todos os livros existentes no mundo então conhecido. O número de volumes teria atingido os 200.000 aproximadamente. Esta coleção foi aumentada pelos faraós seguintes, como Ptolomeu Evergeta, que concebera um meio prático de a enriquecer: mandava reter todos os livros que chegavam ao Egito, encomendava uma cópia destes, que entregava aos proprietários, conservando os originais. Desta forma adquiriu os manuscritos originais de Sófocles, Ésquilo e Eurípedes. Acumularam-se, assim, pergaminhos, papiros, gravuras e livros impressos (É sabido que os chineses, por volta de 137 a C. já imprimiam seus livros, o que só foi conseguido no Ocidente em 1455, por Gutenberg).

Ao que se sabe, havia na Biblioteca toda essa parte que nos falta da literatura e da filosofia gregas, o conjunto das obras do historiador babilônico Berosse, muito citado pelos autores mais antigos, a obra completa de Maneton, sacerdote egípcio que, segundo a lenda, teria escrito o Livro de Toth (Hermes Trismegisto); as obras do historiador fenício Mochus, ao qual se atribui a invenção da teoria atômica; as Histórias Fenícias, de Sancumaton de Tiro (muito citado pelos antigos historiadores); livros de magia, de alquimia e a respeito de civilizações, que precederam o Egito conhecido. Em suma, praticamente possuía todas as obras clássicas da Alta Antiguidade, que se conservadas, veriam revelar muitos segredos e preencher as lacunas existentes em nossa História.

Sabe-se que foi na Biblioteca de Alexandria, durante o reinado de Ptolomeu Filadelfo, entre 285 e 274 a.C., que se iniciou a tradução da Bíblia para o grego, trabalho realizado por setenta sábios, e que passou

a História como a **Septuaginta** ou a **Versão dos 70**. (Não se tem certeza se de fato tal versão foi realizada pelos setenta sábios, pois há muita lenda a respeito. Uma delas diz que teria sido vertida por setenta e dois sábios, homens de idade madura, sendo seis sábios por tribo, entre as doze tribos de Israel. Ora, na época já não existia mais as doze tribos em território palestinese, para que tomassem seis pessoas de cada tribo. A dispersão das tribos havia se dado 500 anos antes, e ninguém até hoje sabe onde elas se localizaram após ter deixado a Terra Santa).

Foi Júlio César quem iniciou a destruição dessa Biblioteca que, ao que parece, nada teve a ver com ela. Na realidade ele projetava enviar parte da Biblioteca para Roma, mas um incêndio devorou os livros que tinham sido, provisoriamente, guardados em depósitos do cais do porto de Alexandria; mas não foram os romanos que lhe atearam fogo. Com isso mais de 50.000 manuscritos foram destruídos. Outro ataque parece ter sido feito pela imperatriz Zenóbia. Em 285 a.C., o imperador Diocleciano realizou a ofensiva seguinte, queimando os livros egípcios a fim de impedir que a nação egípcia se reconstituísse. Em 390, o patriarca de Alexandria, Teófilo, que o historiador inglês Edward Gibbon descreve “como o inimigo perpétuo da paz e da virtude, sempre ávido de ouro e sedento de sangue”, destruiu milhares de manuscritos. Em 415, outro patriarca, Cirilo, tentando erradicar a influência da cultura pagã, inicia novo expurgo em nome da Igreja Cristã. Nessa época é assassinada pelos paroquianos fanáticos de Cirilo, a astrônoma, matemática, física e líder da escola neo-platônica de filosofia, Hipácia, uma das últimas grandes cientistas da Antiguidade.

O último golpe foi desferido pelos árabes em 646 a.C. Segundo o médico e historiador árabe Abd Al-Lafit, e o cristão da seita dos Jacobitas, o bispo de Alepo, Abulfaradge, a Biblioteca foi queimada, apesar dos protestos do gramático João, por Amr Ibn El-As com a autorização do Califa Omar, que teria dado as seguintes instruções: “Quanto aos livros, se o que eles contêm está de acordo com o **Corão**, este torna-os inúteis. Se, pelo contrário, o seu conteúdo é oposto ao Livro de Alá, não precisamos deles”. Assim, os livros foram levados para as casas de banhos para servirem de combustíveis. Segundo os historiadores, demoraram seis meses a consumir-se!

Em 1692 foi nomeado para o Cairo um cônsul francês erudito, M. de Maillet. Este senhor procurou, por todos os meios, descobrir livros

que poderia ter sobrevivido ao incêndio de 646, entre as ruínas das construções da famosa Biblioteca, mas nada encontrou. Próximo do local, contudo, encontrou uma esfinge sem cabeça, esculpida na época do faraó Horemhed, da 18ª dinastia, o que é muito significativo...

Alexandria é a única *polis* do Egito, que se administra por si própria, através de duas assembléias: o *Bule* (suprimido depois da morte de Alexandre) e a *Ekklésia*. O magistrado mais importante é o *Ginasiarca*, representante dos cidadãos e defensor das liberdades públicas. Ponto de divergência da cultura helenística, ela é o berço da sintetização filosófico-religiosa, que irá influenciar o cristianismo nascente.

Em Alexandria desenvolveram-se o *Estoicismo* (do grego *stós*, pórtico), de Zenão de Citium (Chipre) e o *Epicurismo*, de Epicuro de Samos. O Estoicismo não distingue a matéria do espírito. Há variedade de matérias, sendo a mais tênue o fogo. As matérias vão ao Fogo Celeste e até a Providência (o Destino). A alma deriva daí e volta depois à fonte primitiva. Como se vê, há algo de panteísmo, de materialismo e de idealismo. A isto se reduz a filosofia estoíca. Em Roma, o caráter moral da doutrina, que podemos chamar “de paciência,” fez muitos adeptos, e com Marco Aurélio, sentou-se no trono do Império. O Epicurismo é uma doutrina que se formou no espírito de seu autor a custa do pensamento de Demócrito e Aristipo, com subsídios de Platão, Aristóteles e Pirro. De Demócrito aceitou o atomismo, mas explica intuitivamente a origem do mundo e das coisas por combinação e movimento dos átomos. A própria alma é formada de átomos sutis. Não admite as causas finais de Aristóteles; para o Epicurismo só há causas eficientes. Na vida parece predominar a dor. O ideal é evitá-la para que a soma de prazeres predomine. Neste caso, procura-se o prazer. Mas, o prazer que Epicuro aconselha não é o prazer vulgar que traz sempre como conseqüência a dor, senão aquele que nos dá a satisfação do bem estar.

Desenvolvem ainda, o *Ceticismo* (do grego *sképis*, indagação), de Pirro de Elis, e suas várias escolas, que achava impossível qualquer conhecimento; o *Ecletismo* do grego *ek-légo*, escolher), de Antíoco de Alexandria; as *Escolas Judaicas*, orientadas por Filon, o Judeu, cuja doutrina gira em torno do *Logos* e da *Alegoria*. (O *Logos* é a palavra divina, criadora do mundo; e a *Alegoria* explica, à moda grega, todos os episódios bíblicos incompreensíveis aos gregos); as *Escolas Gnósticas*

(*Gnosticismo*), onde ensinavam Basilides e Carpócrates a doutrina segundo a qual o conhecimento (*gnose*) é o caminho da salvação; e as *Escolas Cristãs*, onde brilhavam Eusébio, Justino, Clemente e Orígenes, que preparavam o caminho da *Filosofia Patrística*, elaboração doutrinal do cristianismo.

Lá também floresceu a *Cabala* (*Qabbalah* ou *Kabbalah*), em grego *Diadoké*, que significa tradição, no sentido do que foi transmitido e recebido. É a tradição dos filhos de Set, que foi trazida da Caldéia por Abraão, reconhecida e justificada por Moisés, ensinada aos sacerdotes egípcios por José. É um sistema complexo, com fundamentos estabelecidos pelo segredo, das vinte e duas letras do alfabeto hebraico, as quais devem ser combinadas, para depois serem compreendidas, não só em seu sentido próprio, como numerológico. As Escrituras são interpretadas como variados jogos de palavras, tais como a *Gematria*, que estabelece o sentido através do valor das letras; o *Notarikon*, que forma palavras das primeiras ou últimas letras de outras palavras; e o *Temurah*, que muda a ordem das letras dentro de uma palavra, de modo que, por exemplo, *oneg*, que *significa prazer*, pode ser lida *nego*, que quer dizer *dor*, em hebraico. É a Ezra ben Salomon, de Gerona (1160-1238), que se deve a criação da Cabala, no sentido de comentário escrito dos ensinamentos esotéricos do **Torá (Pentateuco)**, até então transmitidos exclusivamente por via oral. A obra canônica por excelência da Cabala é o *Zoar* (termo encontrado em Daniel, 12.3: “Os que são esclarecidos resplandecerão como o resplendor (*zoar*) do firmamento”). O mundo dos *Sefiroth*, da revelação da unidade divina, que abrange os arquétipos de todos os seres, é um mundo de existência diversa, que se expande sem interrupção aos mundos secretos e visíveis da criação.

Também o *Pitagorismo* lá desenvolveu-se tomando um aspecto religioso. Seu fundador foi Pitágoras de Crotona, Itália. Adepto da metempsicose, ele afirmava ter a sua alma transmigrado pelos corpos de uma pavão, de um soldado, de uma cortesã, de um comerciante, etc. Consideravam-no matemático e músico. Atribuem-lhe a tábua de multiplicações (*Tábua de Pitágoras*), o teorema que demonstra que o quadrado da hipotenusa é igual à soma do quadro dos catetos, e outros teoremas. Em física estudou a vibração sonora das cordas musicais em relação ao seu comprimento. Pitágoras pretendeu explicar que todos os

seres eram constituídos de figuras geométricas, cujos espaços intermediários constituíam o vácuo que existia também além das esferas. Para ele, são as relações, as leis, e, principalmente, os números que nos levam ao conhecimento e explicam os fenômenos. E de tal forma exagerou o valor da relação numérica e geométrica, que foi ao absurdo de fixar uma determinada relação numérica aplicável não só aos seres concretos como aos abstratos. Exemplos: o casamento é 5, porque o homem é ímpar (3) e a mulher é par (2). A Justiça será representada por 4, porque faz pensar em dois fatores iguais; a amizade tem por símbolo 8, porque a harmonia acha a sua expressão perfeita na oitava, etc.

Dominados por essas correntes, porém mais esclarecidos, apareceram os neoplatônicos (*Neoplatonismo*), última manifestação da filosofia de Platão, no mundo antigo, que é uma vasta síntese helenística, onde se encontram elementos platônicos, aristotélicos, estoicos, pitagóricos, zoroastristas e hinduistas.

O fundador do Neoplatonismo foi Antonio Sacca, que não deixou nada escrito. O seu discípulo mais distinto foi Plotino, “o Buda do Ocidente”, e que passou por fundador. Porfírio e Jâmblico (que se dedicou à magia) pertencem a esta Escola, cuja preocupação era conciliar Platão e Aristóteles, tomando por base as idéias de *emanações*, tipicamente orientais, partindo da premissa de que existe uma só *Realidade* (Deus), e que essa *Realidade* é dinâmica, viva, espiritual, ao mesmo tempo, transcendente e imanente em todos os seres do universo (panteísmo). A *Realidade* é a causa intrínseca de todas as coisas, ou seja, o mundo foi criado não somente *por* Deus, mas também *de* Deus; ou seja, da substância divina, como o pensamento eflui da mente do pensador. É de se notar que Santo Agostinho, educado nesta filosofia, abandonou-a após sua conversão, passando a doutrinar que o mundo teria sido criado *por* Deus do nada (*creatio ex nihilo*). Pertenceram a esta Escola, Plutarco, Apuleio, Ovídio, entre outros.

Comenta o professor de filologia clássica, Luciano Cânfora, em seu livro *A Biblioteca Desaparecida* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 178) que a sobrevivência da Biblioteca de Alexandria, “num mundo afligido pela caducidade de seus livros, é atestada por traços constantes que se sucedem até praticamente o fim. Cerca de vinte anos depois da guerra de Alexandria, Estrabão visita e descreve o Museu. Meio

século mais tarde, o imperador Cláudio (41-54 d.C.), eruditíssimo antiquário, manda construir em Alexandria um novo Museu ao lado do antigo (Suetônio, **Vida de Cláudio**, 42). Quarenta anos depois, um péssimo sucessor seu, Domiciano (81-96 d.C.), envia uma comissão a Alexandria, com o encargo de trazer cópias dos tesouros livrescos da cidade.”

Sabe-se que existem ainda alguns documentos originais da Biblioteca de Alexandria, como um contrato particular (papiro Merton, 19), realizado em 173 d.C., na qual consta a assinatura de Valério Diodoro, que se qualifica como bibliotecário e membro do Museu.

DOIS FOLHETINS MONÇOEIROS DO SÉCULO XVIII

Paulo Pitaluga COSTA E SILVA

A bibliografia mato-grossense é extremamente rica, em especial no que se refere à história, geografia e etnologia. É um estado cheio de histórias, contadas não só por historiadores e pesquisadores, mas por viajantes, militares, governantes, cientistas e aventureiros de toda a ordem que, através dos séculos, por aí passaram, registrando as viagens e aventuras em que se meteram.

Ao se mencionar o século XVI, tem-se em mente que as primeiras obras que tratam de Mato Grosso, datam daquela época. Todavia, há que se lembrar que naquele século, Mato Grosso não tinha esse nome, nem era conhecido como tal. As crônicas de Ulrich Schmidl, o primeiro historiador do rio da Prata, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, Don Hernando de Ribera, do jesuíta português Antonio Rodrigues, e no século XVII, os *Anales* de Ruy Diaz de Guzman, relatam acontecimentos ocorridos no hoje território mato-grossense, mas que aquela época era tão somente reino castelhano por força do Tratado de Tordesilhas.

O nome Mato Grosso só adveio com a descoberta em 1734, pelos irmãos Paes de Barros, das “Minas do Mato Grosso” no vale do Guaporé. Dai para cá esse nome consolidou-se na história e o temos até hoje.

Assim, os livros, opúsculos, relatos, crônicas ou cartas anteriores a 1734, obrigatoriamente não falam em Mato Grosso, como aquelas anteriores a 1719 não podem mencionar Cuiabá.

Dessa forma, o historiador, o pesquisador pode querer saber qual a primeira obra impressa, aquela que em seu bojo ou mesmo em seu título mencione os termos Mato Grosso e Cuiabá.

Em pesquisas efetuadas em torno de nossa bibliografia histórica, encontrei dois folhetos, que foram impressos ainda no século XVIII, e que mencionam especificamente em seu títulos os nomes Cuiabá e Mato Grosso e que se constituem em bibliografia mato-grossense,

A primeira obra levantada, é um opúsculo de meras 8 páginas, impresso em Lisboa, no ano de 1754.

Um anônimo viajante e aventureiro, seu autor, denominou-a **“RELAÇÃO DA CHEGADA QUE TEVE A GENTE DE MATO GROSSO E AGORA SE ACHA EM COMPANHIA DO SENHOR D. ANTONIO ROLIM DESDE O PORTO DE ARARYTAGUABA, ATÉ A ESTA VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DO CUYABA”**, Segue-se ao título, ainda na folha de rosto: LISBOA/NA OFFICINA SILVA/ANNO DE 1754/COM TODAS AS LICENÇAS NECESSÁRIAS.

A obra é interessante. Relata a viagem de seu anônimo autor, iniciando em Ararituaba, hoje Porto Feliz, descendo o rio Tietê acompanhando a comitiva do Capitão General de Mato Grosso, Dom Antonio Rolim de Moura, em viagem que esse governante fez para Cuiabá em 1750.

Seu autor descreve rios, cachoeiras e varadouros, dando inclusive o significado de seus nomes tupis-guaranis. Todavia o seu relato, como parece à primeira vista em função da nomeação do título, não chega a Cuiabá, pois o mesmo, na oitava e última página, nos diz textualmente:

Não te enfado mais amigo Leitor, com esta, porém se quiser ter a paciência de me ouvires na segunda parte, pois nela te darei mais ampla noticia. E sem mais nem menos termina o trabalho. Por mencionar o rio Grande, infere-se ter paralizado o seu relato quando a sua monção ainda viajava pelo rio Paraná.

Ao que se sabe, o autor, apesar da promessa formal, jamais deu continuidade a esse roteiro de viagem. Pelo menos não chegou a ser impresso, e se o foi, perdeu-se nos séculos.

Tipograficamente a pequena obra é muito pobre, cheia de erros (Mato Grosso com C cedilha: Mato “Groço”) e de trocas de tipos, fazendo com que seja uma impressão bastante ordinária. Aliás muito típica das impressões de folhetins e opúsculos portugueses da época.

Se bem que a descrição em si, nem de longe mencione qualquer coisa de Cuiabá ou de Mato Grosso, o seu longo e interessante título, caracteriza essa obra como a primeira que realmente cita esses locais em seu cabeçalho. Pelos menos se pode certamente inferir que o autor era um dos passageiros da monção de levou para Cuiabá o Capitão General D. Antonio Rolim de Moura.

Outrossim, para a historiografia regional o referido opúsculo é obra importante, vez que a mesma foi escrita de Cuiabá. Senão vejamos. O autor menciona no título *até a esta Villa Real...* Em dizendo assim, infere-se que o mesmo haja escrito o folheto **desta** vila, **desta** cidade de Cuiabá. Tal seja, pela primeira vez, alguma coisa escrita em Cuiabá, foi impressa e publicada ainda no século XVIII.

Daí a extrema importância do opúsculo para a historiografia regional mato-grossense.

O segundo folhetim, com meras 6 páginas, tem todas as características do século XVIII. Linguagem, impressão, composição, diagramação, papel ordinário e sempre os erros tipográficos característicos.

Trata-se da **“RELAÇÃO E BREVE NOTICIA DE HUMBICHO FERROZ QUE APARECEO A GENTE QUE FOI PARA O MATTO GROSSO”**.

Autor anônimo, sem local, sem edição e sem data. Mas muito interessante e curioso o tal folhetim.

A capa ostenta um mal desenhado “bicho feroz”, que o texto descreve como tendo cabeça de elefante, ventre de baleia, unhas de leão, sem cauda, com escamas nas costas à guisa de pelos, e ainda lançava fogo pela boca. E uma fera dessas logo aqui em Mato Grosso... O editor português deve ter-se impressionado com a descrição contida no texto, e mandado desenhar a horrenda figura de capa.

Para criar tamanha fantasia, o anônimo autor certamente baseou-se em alguma lenda indígena ou mesmo no folclore dos bandeirantes de sua época. E ainda teve a imensa coragem de mandar imprimir, de dar prelo ao que a sua imaginação relatou nesse raro opúsculo.

Talvez o autor, em suas perambulações pelos sertões, tenha visto algum animal de grande porte, que o surpreendeu em pleno mato. Uma anta provavelmente. O silêncio da noite, o tropel e os urros do animal

em fuga, as crendices, o medo, a bebida e a imaginação, encarregaram-se do resto.

Há que se mencionar a descrição de um combate havido entre esse bicho feroz e as tropas de um capitão general. Como na realidade não há registro histórico de nenhum entrevero desse tipo, leva-se a crer que tal bicho feroz, seu aparecimento e o combate a ele dado por tropas regulares, não passam de pura fantasia do autor.

A rigor, de acordo com a descrição, trata-se do aparecimento do tal bicho feroz às pessoas que se dirigiam para as minas do Cuiabá em uma monção vinda pelo Tietê. Não se trata propriamente de um relatório de uma viagem de Araritaguaba ao porto geral da vila do Cuiabá numa monção cuiabana.

Todavia há que se ressaltar que, nas primeiras páginas do texto, o autor de forma bastante confusa, imprime um relato moral acerca de pessoas ambiciosas, que só pensam no ouro, nas glórias e no dinheiro. Muito, mas muito confusa a sua redação nessa parte.

Em função desse texto inicial pode-se, talvez, inferir que o aparecimento do bicho feroz tenha sido uma fábula, para indicar que o mesmo possa ser combatido, como aniquilado podem ser as pessoas sem qualidades morais, perniciosas à sociedade e sem amigos leais.

Independente de contar ou não fatos mato-grossenses, de ensaiar sobre nossa história ou geografia regional, de descrever roteiros de viagens tão comuns na época, a importância dos dois folhetos é meramente bibliográfica. Foram os dois únicos folhetins impressos no século XVIII, que se tem notícias, abordando, pelo menos em seus títulos, o termo Mato Grosso. E em sendo os seus anônimos autores passageiros de monções cuiabanas, pode-se bibliografá-los como folhetins monçoeiros.

Uma curiosidade bibliográfica. Existem outros dois opúsculos que aparecem nos seus respectivos títulos o termo “TERRAS DE MATO GROSSO” e com títulos mais ou menos semelhantes. Todavia em se lendo mais detidamente os respectivos textos, percebe-se que não se trata realmente de bibliografia mato-grossense, *As terras de mato grosso* que os títulos mencionam, são realmente locais situados na Capitania do Grão Pará, onde o mato é alto, espesso e impenetrável, e não, como à primeira vista pode indicar, terras pertencentes geograficamente a então capitania de Mato Grosso.

São eles os opúsculos:

- 1 - “RELAÇAM E NOTICIA DA GENTE, QUE NESTA SEGUNDA MONÇÃO CHEGOU AO SITI DO GRÃO-PARÁ, E AS TERRAS DE MATO GROSSO, CAMINHOS QUE FIZERÃO POR AQUELAS TERRAS, COM OUTRAS CURIOSASE AGRADÁVEIS DERIOS, FONTES, FRUCTOS, QUE NAQUELE PAIZ ACHARÃO. LISBOA, NA OFFICINA DE BERNARDO ANTONIO DE OLIVEIRA, ANNO DEM. DCC. LIV”.

Trata-se de um pequeno opúsculo de 4 páginas, mera cópia e transcrição de uma carta que o autor Caetano Paes da Silva mandou para um certo Isidoro do Couto em Lisboa.

- 2 - “RELAÇÃO CURIOSA DO SITIO DO GRÃO-PARÁ E TERRAS DE MATO GROSSO, BONDADE DO CLIMA, FERTILIDADE DAQUELAS TERRAS/ ESCRITA POR UM CURIOSO EXPERIENTE DAQUELE PAIS”.

A sua folha de rosto não contém indicação do autor, local de impressão, do editor, do autor, nem mesmo a data. Tem tão somente 8 páginas, e se constitui extremamente raro e de difícil obtenção.

Ramiz Galvão em seu Catálogo da Exposição de História do Brasil, no vol. 9 dos Anais da Biblioteca Nacional, 1881/1882, o menciona como publicado em 1754, mas isso não pode ser inteiramente comprovado.

Tratam-se ambos de bibliografia paraense.

Vários outros relatórios de viagens foram escritos ainda no século XVIII, mas os mesmos só foram impressos nos séculos XIX e até mesmo no XX. Há que se citar somente os relatos dos Capitães Gerais D. Antonio Rolim de Moura e Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, e ainda do Juiz de Fora de Cuiabá, Diogo de Toledo Lara e Ordonhez, do engenheiro militar Ricardo Franco de Almeida Serra e dos engenheiros Francisco José de Lacerda e Almeida e Antonio da Silva Pontes.

Diferentemente dos relatos de viagens destes autores acima nomeados, os dois folhetins mencionados foram escritos no século XVIII e ainda nesse mesmo século foram impressos.

Sem dúvida, essas curiosidades e raridades, são da mais suma importância para o histórico bibliográfico de Mato Grosso. Dois pequenos folhetos, singela relação de viagem, o primeiro, e pretensa e simples constatação, o segundo, que nos legaram acima de tudo, a preocupação de seus anônimos autores com o registro histórico, salvando do esquecimento do tempo, as experiências e as vivências que as suas aventuras lhes proporcionaram em pleno século XVIII no caminho das monções cuiabanas.

BATISTA CEPELOS, O POETA DA NOSTALGIA

Mário PIRES

*“Ali, graças a Deus, sob o leque risonho
do verde buriti, entre amenas cantigas,
vejo reverdecer a seara do meu sonho,
que fulge à luz do sol, como um campo de estrigas...”*

*Vejo as aves cantando, ao alcance do braço
Vejo os frutos sorrindo, ao alcance de um gesto,
Vejo as fontes correndo, ao alcance de um passo.*

*E ali fico a cismar nos meus dias tiranos,
enquanto o coração, recolhido e modesto,
repete ingenuamente a canção dos vinte anos!”*

São versos de um poeta desiludido da grande cidade, que aceita promotoria da pequena Apiaí (a “Cafarnaum, como a chama) para ali ganhar seu sustento e exercer seu estro. Trata-se do paulista de Cotia, cuja poesia foi considerada brilhante pelos mais exigentes críticos. Nasceu aos 10 de dezembro de 1872, filho de humilde professor de primeiras letras. Aos 17 anos matriculou-se na “Academia das Arcadas”, mas, para poder custear os estudos assentou praça na Força Pública. De sua vida militar ficou-lhe o costume de chamar “paisano” aos civis. Dizia “Aquele paisano não me agrada, não deve ser boa coisa”. “Ou então: “Gosto daquele paisano”.

Era de estatura mediana e tez clara, os cabelos castanhos, repartidos de lado. Usava um basto bigode que lhe toldava o lábio e cujas guias ele retorcia para cima. Como fosse excessivamente míope, ao fitar alguém apertava os olhos através de um pince-nez de grossos vidros. Caminhava apoiando-se a uma bengala, mas sem vergar os ombros; ao contrário, erguia altiva a cabeça, fazendo empenho em aprumar o corpo.

Era profundamente orgulhoso e nesse orgulho, por vezes, se encastelava, enfasiado e solidário.

Era muito franco e nessa franqueza não poupava fosse quem fosse. Um seu companheiro, com ele andando pelas ruas da cidade, estranhou que chamasse de “zebra” a um ilustre professor da Faculdade de Direito... O mesmo era com o burguês, que ele não tolerava, porque o considerava um filisteu, incapaz de uma emoção estética, de um sentimento artístico.

Certa noite, num grupo em que se encontrava, aproximou-se um velho bêbado e Cepelos, condoído, exprobou aos que o trataram com desdém, recitando uns versos de sua autoria:

*“Derradeiro degrau do aviltamento
Bêbado sem razão, nau sem agulha,
No pavoroso caos do pensamento
Não te lampeja a mínima fagulha!”* E terminava:
*“Mas, enfim, ninguém sabe o que procuras
Na bebida, bebendo desse jeito...
Ah! ninguém sabe quantas amarguras
Te fazem doer o coração no peito!”*

Cepelos era um tipo sensível, profundamente humano, à moda de Thomas Quincey, de quem fala Baudelaire, que era um peripatético, um filósofo das ruas. Detestava a Paulicéia barulhenta, desumana. Seu maior sofrimento era quando as férias forenses estavam a terminar e ele se via forçado a recolher-se à sua comarca, onde, ao sol posto, dizia:

*“Os longos vegetais sombrios como Judas,
Parecem conspirar, baixinho, contra a gente,
Vestidos, como estão, de largas sombras mudas...
No brejal, donde sobe o nevoeiro em farrapos,
Cantam as jaçanãs e, simultaneamente,
Começa o martelar monótono dos sapos...”*

E se lastimava aos amigos: “Vocês não calculam as saudades que levo daqui!”. Eça de Queirós considerava os miseráveis transeuntes como simplesmente nossos companheiros do planeta. Era verdade com Cepelos: passava horas debruçado da sua janela a observar todos que passavam. Dele, são os versos do “Tocador de realejo”:

*“Parando numa esquina, ao sol do meio-dia,
Um rubro e belo sol, que doura o firmamento,
O pobre tocador se encosta e principia
Um trecho musical, triste como um lamento.*

*E esse grito roufenho, em que a Miséria estua,
Capaz de comover até as pedras da rua,
Não pode comover os corações de pedra!”*

Cepelos, como militar, até que foi bem sucedido, alcançando o posto de capitão. Mas, não se satisfazendo com a vida militar tornou-se jornalista na Capital. Mas, na realidade, foi na poesia que se refugiou. Seu primeiro poema foi “A derrubada”, com que iniciou “Os bandeirantes”, prefaciado por Olavo Bilac. Fez teatro e escreveu contos e romances.

Mas, uma tremenda tribulação aconteceu em sua vida: quando promotor em Itapetininga, apaixonou-se pela filha do Senador Peixoto Gomide, então vice-presidente do Estado, e que, a princípio viu com bons olhos o noivado. Porém, deixando-se levar por invejosos contra o jovem poeta, tornou-se profundamente contrariado e, num gesto extremo de desespero, matou a filha e suicidou-se!

Cepelos, desesperado diante da tragédia, retirou-se para o Rio de Janeiro e passou a viver como um pária, tentando o suicídio. Amigos influentes, condoídos de sua situação, promoveram a encenação, em seu benefício, de sua peça teatral “Maria Madalena”. Mas, dias depois, a 8 de maio (de 1915) seu corpo foi encontrado no fundo do quintal da casa em que residia. Consumara-se o suicídio!

Os críticos declararam-no como poeta objetivo e descritivo, cuja forma, um parnasiano perfeito e cuidado, no dizer de Olavo Bilac.

Tal como Mário de Andrade, Batista Capelos, quando residiu em São Paulo, voltou-se para o tema dos humildes, seus usos e costumes, exaltando a figura álacre e gentil das costureirinhas do centro da Capital. Seu soneto sobre as jovens que, à tardinha, deixavam as oficinas, é uma jóia que retrata perfeitamente o perfil delas. Como uma homenagem ao poeta e à minha saudosa mãe, que teve seu ateliê de “haute-couture”, de onde tirava o suficiente para ajudar o marido no sustento do lar e na educação dos filhos, aqui vão os expressivos versos:

*“Todos os dias passa, arisca e fina,
Batendo com os sapatinhos na calçada,
A mão pequena, a boca pequenina,
A cintura ondulante e delicada...”*

*E causa pena que essa flor menina,
Na manhã da existência, ainda orvalhada,
Murcheça na prisão de uma oficina,
A cabeça pendida e contristada...*

*Apesar disso, à tardezinha, quando
Sai do serviço, num gracioso bando,
É alegre como um lírio à madrugada!*

*E em muitos olhos a paixão
Fáisca, quando ela passa,
Maliciosa e arisca, batendo
Sapatinhos na calçada!”*

OLINDA & RECIFE, DOIS DESTINOS NUMA SÓ HISTÓRIA

Leonardo Dantas SILVA

*De limpeza e claridade
é a paisagem defronte.
Tão limpa que se dissolve
a linha do horizonte.*

*As paisagens muito claras
não são paisagens, são lentes.
São íris, sol, aguaverde
ou claridade somente.*

Carlos Pena Filho

Aos olhos de quem a contempla pela primeira vez, Olinda se apresenta povoada de sonhos e tomada pela claridade a ofuscar as retinas de quem chega: *de limpeza e claridade/é a paisagem defronte. ..*

Aquele conjunto de colinas, que pouco interessou aos indígenas habitantes de suas redondezas, antes da chegada do colonizador, fascinou Duarte Coelho, que chega a Pernambuco em 1535 e vê naquelas paragens o local ideal para a construção de uma vila.

Segundo a tradição recolhida pelo frei Vicente do Salvador, registrada na sua *História do Brasil* (1627), a denominação Olinda vem de “um galego criado de Duarte Coelho, porque, andando com outros por entre o mato, buscando um sítio em que se edificasse [a vila], e achando este, que em um monte bem alto, disse com exclamação e alegria: *O’ linda!*”.

A versão já fora antes relatada por Ambrósio Fernandes Brandão, autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618), que residiu

em Olinda na segunda metade do século XVI, sendo repetida pelo franciscano frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779) e pelo beneditino dom Domingos do Loreto Couto (c 1696 - c 1762), chegando o historiador inglês Robert Southey (1810) a atribuir a exclamação ao próprio Duarte Coelho: “*Oh! linda situação para se fundar uma vila!*”.

Com a versão de frei Vicente do Salvador, que também residiu no convento franciscano de Olinda e começou recolher anotações para sua *História* em 1587, não concorda o historiador Adolpho de Varnhagen que, meticoloso em suas conclusões, lembra que a denominação teria origem em Portugal, “mais nada natural que aquele nome fosse de alguma quinta, ou casa, ou burgo, por qualquer título caro ao donatário na sua pátria, e que ele no Brasil quisesse perpetuar [...] Sabe-se também que Olinda era o nome de uma das belas damas na novela do Amadis de Gaula, cuja leitura estava então muito em voga, não faltando leitores que lhe davam fé, como em nossos dias se dá à história”.

Alfredo de Carvalho, em *Frases e palavras* (1906), ao concordar com Varnhagen, chama a atenção para a existência, nas cercanias de Lisboa, das freguesias de *Linda-a-Pastora* e *Linda-a-Velha*.

A versão do frei Vicente do Salvador, corroborada por Ambrósio Fernandes Brandão, é a mais aceita para explicar o nascimento da primitiva capital de Pernambuco, cujo núcleo urbano parece delineado na carta de doação, assinada por Duarte Coelho Pereira, de 12 de março de 1537.

Naquele documento, impropriamente chamado de *Foral de Olinda*, a nascente vila recebe do primeiro donatário as terras de serventia, para uso comum dos seus habitantes. Nele se faz menção a existência da Câmara, da Rua Nova (Bispo Azeredo Coutinho), das fontes de águas potável, do Varadouro Galeota (onde aquela embarcação sofreu reparos) e do *Arrecife dos Navios*, porto da vila que veio dar origem à cidade do Recife.

Nome poético, surgido de uma leitura de novela; ou denominação saudosista, a relembrar um sítio perdido na toponímia portuguesa; ou ainda, exclamação de um criado de Duarte Coelho, oriundo da Galícia, perdido entre as matas de cajueiros que se espalhavam na planície arenosa, hoje ocupada pelos bairros do Rio Doce e Rio Tapado, tudo serve para explicar o que há no nome: Olinda. Os olindenses, porém,

a exemplo dos seus avós, têm uma explicação própria para todo esse feitiço que toma conta de quem a conhece: *Quem não viu Olinda, não amou ainda!*

O ARRECIFE DOS NAVIOS

Enquanto Olinda imperava do alto de suas colinas, ao longe em direção ao sul surgia, quase ao mesmo tempo, “*um porto tão quieto e tão seguro, que para as curvas das naus serve de muro*”, na observação da *Prosopopea*, poema épico escrito em Pernambuco pelo poeta Bento Teixeira, publicado em Lisboa (1601), que bem define a paisagem quinhentista do Recife.

Situada no cruzamento do paralelo, a oito graus e três minutos e 45,8 segundos de latitude sul, e do meridiano a 34 graus e 52 minutos e 14,8 segundos, de longitude oeste, a *Barra do Arrecife*, assim chamada no *Diário de Pero Lopes de Souza* (1532), veio a ser a *ribeira do mar dos Arrecifes dos Navios*, a que se refere o donatário Duarte Coelho Pereira em sua impropriamente chamada carta foral de 12 de março de 1537, uma minúscula povoação de mareantes e pescadores que viviam em torno da ermida de São Frei Pedro Gonçalves, por eles denominada de Corpo Santo.

Era o Recife um porto por excelência, o de maior movimento da América Portuguesa, escoadouro principal das riquezas da mais promissora de todas as capitanias: Pernambuco. Tal riqueza logo veio se tornar conhecida em todos os portos do Velho Mundo, de modo a despertar as atenções dos Países Baixos que, em guerra com a Espanha, sob cuja coroa estava Portugal e suas colônias, necessitavam de todo o açúcar produzido no Brasil para suas refinarias (26 só em Amsterdam). Com o insucesso da invasão da Bahia, onde permaneceram por um ano, mas com o valioso apoio de Isabel da Inglaterra e Henrique IV da França, rancorosos inimigos da Espanha, os Estados Gerais, reunidos na Haia sob a liderança da Holanda, voltaram o seu interesse para Pernambuco, utilizando-se para isso da Companhia das Índias Ocidentais, formada pela fusão de pequenas associações, em 1621, cujo capital elevava-se, na época, a 7 milhões de florins.

A produção de 121 engenhos de açúcar, “correntes e moentes” no dizer de van der Dussen, viria a despertar a sede de riqueza dos diretores

da Companhia, que armou uma formidável esquadra sob o comando do almirante Hendrick Corneliszoon Lonck, que, com 65 embarcações e 7.280 homens, apresentou-se nas costas de Pernambuco em 14 de fevereiro de 1630, iniciando assim a história do Brasil Holandês.

Senhores da terra, os holandeses escolheram a povoação do Recife como sede dos seus domínios no Brasil, por ter nesta praça a segurança de que não dispunham em Olinda, “por ser aberta por muitas partes e incapaz de defesa”, na observação de Diogo Lopes Santiago. Na noite de 25 de novembro de 1631, resolveram os chefes holandeses pôr fogo na sede da capitania de Pernambuco, “a infeliz vila de Olinda tão afamada por suas riquezas e nobres edifícios, arderam seus templos tão famosos, e casas que custaram tantos mil cruzados em se fazerem” (Santiago).

Em Olinda, cujos costumes e paisagem foram tão bem descritos pelo Frei Manuel Calado, “tudo eram delícias e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso”. Mas a segurança para Waerdenburch e demais chefes holandeses falava mais alto, daí fixarem-se no Recife e na ilha de Antônio Vaz que “são lugares próprios para, com oportunidade, fundar-se uma cidade” e “penso que ninguém que da Holanda vier para aqui quererá ir morar em Olinda” (Adolph van EIs), sendo proibidas quaisquer construções no perímetro urbano da antiga capital.

A dominação holandesa prolongou-se por 24 anos, passando o Recife de simples porto de Olinda a capital da nova ordem.

Em 1637, seis anos depois, o Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais convidou para ocupar a função de Governador-Geral um jovem coronel do exército da União, Conde João Maurício de Nassau-Siegen. Alemão, nascido em Dillenburgo a 17 de agosto de 1604, João Maurício era o filho primogênito do Conde João VII e de sua segunda esposa Margarida von Helstein-Soderborg, uma parenta da família real da Dinamarca.

Na administração de João Maurício de Nassau um surto de progresso tomou conta do Brasil Holandês, cujas fronteiras foram estabelecidas do Maranhão à foz do Rio São Francisco. O Recife, “coração dos espíritos de Pernambuco” na observação de Francisco de Brito Freyre, veio a sofrer inúmeros melhoramentos e testemunhar vários pioneirismos, como a instalação do primeiro observatório astronômico das Américas.

Uma nova cidade veio a ser construída na ilha de Antônio Vaz, onde os franciscanos haviam estabelecido em 1606 o convento de Santo Antônio. A nova urbe, projetada por Pieter Post, um dos principais representantes, ao lado de Jacob van Campen, do classicismo arquitetônico nos Países Baixos, veio a receber a denominação de *Cidade Maurícia*, em 17 de dezembro de 1639, a *Maurits Stadt* dos holandeses, cujos mapas, aspectos e panorama (94x63 cm), aparecem na obra de Gaspar Barlaeus, publicada em Amsterdam (1647), e em outras produções artísticas de sua época.

Coube ao Conde de Nassau realizar no Recife uma verdadeira revolução no âmbito de sua paisagem urbana. Ao seu tempo foi construído o palácio de Friburgo (*Vrijburg*), também conhecido como Palácio das Torres, e a casa da Boa Vista (1643). Foi ele responsável pela instalação do primeiro observatório astronômico das Américas, no qual Georg Marcgrave fez as suas anotações acerca do eclipse solar de 13 de novembro de 1640 (Barlaeus). No seu tempo foi erguido o templo dos calvinistas franceses, obedecendo ao traço de Pieter Post, sendo implantado o calçamento de algumas ruas e o saneamento urbano, além da construção de três pontes em grandes dimensões; a primeira ligando o Recife à Cidade Maurícia (a nova cidade erguida na ilha de Antônio Vaz), inaugurada em 28 de fevereiro de 1644, uma segunda, ligando esta ilha ao continente, e uma terceira sobre o rio dos Afogados.

Ainda no seu governo, o Conde João Maurício de Nassau fez plantar ao lado do seu palácio, em 1642, um grande jardim recreio, para o qual foram transportados árvores frutíferas e coqueiros já adultos, dispondo também de alguns animais provenientes das mais diferentes partes, inclusive da África. Esse primeiro zôo botânico das Américas veio servir de “laboratório” a membros de sua comitiva, notadamente o médico Willem Piso (1611-1678), o botânico, também cartógrafo e astrônomo, Georg Marcgrave (1610-1644) e o artista Albert Eckhout.

Durante 24 anos, passou o Recife de povoação acanhada do século XVI e início do século XVII a capital do Brasil Holandês. Foi tanto o crescimento do primitivo *Arrecife dos Navios*, foram tantos os melhoramentos obtidos, particularmente durante o governo do conde João Maurício de Nassau (1637-1644), que, mesmo após a expulsão dos holandeses (1654), o Recife jamais voltou a depender de Olinda.

VILA DE SANTO ANTÔNIO DO RECIFE

O *Povo dos Arrecifes* era coisa do passado. O primitivo porto, após a retirada dos invasores flamengos, veio a ser disputado até pelos governadores que teimavam em ocupar o Palácio de Friburgo, construído em 1642 pelo conde Nassau na primitiva ilha de Antônio Vaz, deixando de prestar assistência à sede da capitania, Olinda, motivando assim os reclamos junto ao rei de Portugal.

A riqueza súbita dos habitantes do Recife, apelidados de *mascates* pelos naturais de Olinda, fez do antigo porto um núcleo de progresso, por vezes ofuscando a capital de Pernambuco e contrariando os senhores da terra. Fato notório para comprovação de tal progresso seriam as construções religiosas do final do século XVII, algumas delas hoje consideradas verdadeiras jóias de nossa arquitetura colonial. É deste período o início das edificações das igrejas dos Jesuítas (1655), Nossa Senhora da Penha (1655), Santo Amaro das Salinas (1681), Convento do Carmo (1667), Capela Dourada (1696) e Ordem Terceira do Carmo (1696), na ilha de Santo Antônio, que, juntamente com as igrejas de Nossa Senhora do Pilar (1680-86, restaurada entre 1898 e 1906) e Madre de Deus (1679), são testemunhos de uma época de fausto e riquezas.

No governo de Sebastião de Castro Caldas (1707-1710), o primeiro governador nomeado por D. João V, de Portugal, possuidor de nítido partidarismo em favor dos mascates, para desgosto dos olindenses e da chamada nobreza da terra, foi o Recife elevado à categoria de Vila. Com o nome de *Santo Antônio do Recife*, por carta régia de 19 de novembro de 1709, foi instalada a nova vila. No Largo do Corpo Santo (Bairro do Recife), foi erguido o pelourinho, símbolo do poder municipal, em 15 de fevereiro do ano seguinte (substituído por outro de maior porte, em 3 de março do mesmo ano). Logo foram escolhidos os primeiros vereadores de sua Câmara, aos quais caberia a administração municipal, não se devendo mais obediência aos vereadores de Olinda.

A então Vila estava circunscrita às freguesias de São Pedro Gonçalves e Santo Antônio, área compreendida pelos atuais bairros do Recife, Santo Antônio e São José; pois as terras da Boa Vista ficaram sob a dependência da Câmara de Olinda até a primeira metade do século XIX.

No século XVIII a influência econômica e política da capitania de Pernambuco se faziam presentes do Ceará até a foz do Rio São Francisco, transformando o Recife no principal porto exportador e importador de riquezas. Em torno do núcleo portuário, já então unido ao continente pelas imensas pontes construídas pelo Conde de Nassau (1643), cresceu o centro econômico da capitania reunindo no Recife um grande comércio, responsável pelo abastecimento de toda região. Através do Recife eram exportados o açúcar, o fumo, as peles, o algodão, o pau-brasil e outras riquezas produzidas pelas capitanias do Norte. Em contra-partida, ingressavam pelo mesmo porto a maior parte dos bens consumidos, não somente no Recife e Olinda como nas mais remotas comunidades rurais, o que fazia movimentar o grande comércio e a pequena navegação de cabotagem, em atividade até a primeira metade do século XX.

Enquanto a nascente Vila de Santo Antônio do Recife prosperava, transformando-se no centro de maior comércio da região, a cidade de Olinda permanecia como que parada no tempo. Graças ao movimento constante de carga e descarga do seu porto, com a presença de navios que se destinavam não somente à Europa como também à África e até às Índias, a antiga povoação dos *Arrecifes* transformara-se na capital econômica da poderosa capitania de Pernambuco.

Olinda, por sua vez, jamais voltou a dispor do seu status de capital dos tempos que antecederam ao incêndio de 1631, transformando-se com o passar dos anos na sede administrativa de Pernambuco. Nela se encontravam o Palácio dos Governadores (séc. XVII) e o Senado da Câmara, a catedral do Salvador do Mundo (1540) e o Bispado (1677), o Hospital da Santa Casa de Misericórdia (1540) e a Cadeia Eclesiástica (*Aljube*), o Colégio dos Jesuítas (1568) e o Horto Botânico, o Seminário Diocesano (1800), assim como os conventos sedes das principais ordens religiosas - Franciscanos (1885), Carmelitas (1588) e Beneditinos (1592) -, e o Curso Jurídico, que veio a funcionar, entre 1828 e 1854, nas salas do Mosteiro de São Bento.

Com a abertura dos portos às nações amigas pelo Príncipe Regente Dom João, em 1808, o porto do Recife, que segundo Henry Koster possuía uma população de cerca de 25.000 habitantes, veio a se tornar de maior movimento comercial da colônia, chegando a exportar no ano seguinte 12.801 caixas de açúcar. Os altos preços obtidos por este

produto, que em 1817 atingiu a quantia de 17 francos a arroba, e pelo algodão, “então com um aumento de 500 por cento”, fez surgir na província grandes fortunas e um maior intercâmbio com os Estados Unidos e a Europa.

Ao contrário do século XVIII, o século XIX é detentor de uma rica iconografia do Recife, Olinda e seus arredores. Talvez seja esta a parte do Brasil mais retratada pelos artistas, que aqui estiveram, a exemplo de Alberto Gabriel Frederico Secretan (1793-1852), um suíço de Lausanne que aportou no Brasil em 1827, demorando-se no Recife e em Salvador, chegando ao Rio de Janeiro em 5 de janeiro de 1836 onde faleceu em 1852. É dele a autoria da primeira litografia executada no Recife, datada de 1827 sob o título “Vista do Farol e do interior do Porto de Pernambuco tomada do Poço”.

Também viajantes eram surpreendidos com o panorama oferecido pelo Recife e Olinda. O mais importante deles seria Henry Koster, autor do clássico *Travels in Brazil* (Londres 1816), no qual publica várias paisagens do Recife, do interior e um Plano do Porto de Pernambuco (160/233 mm.), gravado por Sidney Hall. Outros viajantes preocuparam-se em retratar as belezas do Recife, Olinda e interior, a exemplo de Spix e Martius (1817), James Henderson (1816), L. F. de Tollenare (1817), Maria Graham (1821), que documentou a ilha dos Cocos e o Arco do Bom Jesus; do marinheiro inglês Emeric Essex Vidal (1791-1861), que documentou em aquarelas a entrada do porto (1827), além de outros anônimos.

Com o passar dos anos, através de aterros dos terrenos de alagados e de cursos d’água, foi o Recife crescendo em área, muito embora, somente em 1817, por provisão de 6 de dezembro, foram desmembrados do termo de Olinda o atual bairro da Boa Vista e a povoação dos Afogados.

Em 1823 foi o Recife promovido à categoria de Cidade, por Carta Imperial de 5 de dezembro, seguindo-se de sua elevação à Capital de Pernambuco, através de Resolução do Conselho Geral da Província datada de 15 de fevereiro de 1827.

Através de resoluções posteriores da presidência do Conselho da Província, foram unidas ao território do Recife as freguesias da Várzea e do Poço da Panela, bem como o restante da Boa Vista. Em 1862, o município do Recife era composto pelas freguesias de São Pedro Gonçalves, Santo Antônio, São José, Boa Vista, Afogados, Muribeca, Poço da Panela,

Várzea, Santo Amaro do Jaboaão e São Lourenço da Mata; estas duas últimas transformadas em município autônomo em 1873 e 1884.

OLINDA, DE ONDE SE VÊ

Ao longo dos séculos, porém, Olinda, com a sua paisagem tecida de sonho e claridade, impregnada pelas diversas tonalidades de verde, nas águas do seu mar, e de azul e outras cores no crepúsculo do seu céu, foi o eterno fascínio de todos que a conheceram. Enquanto o Recife reunia atenções pela sua importância econômica, Olinda reservava aos viajantes o deleite de sua paisagem litorânea, povoada de jangadas e outros tipos de embarcações, sendo hoje fonte de deleite e de paz para recifenses e olindenses.

O primeiro a escrever sobre a importância de tal paisagem foi Joaquim Nabuco, quando vista do terraço da igreja da Sé, “o olhar não precisa mover-se para apanhar a totalidade do cenário que se prolonga à beira do mar, salpicado das velas brancas das jangadas, penas destacadas das grandes asas da coragem, do sacrifício e também da necessidade humanas!”.

O que faz a grande beleza deste nosso torrão pernambucano é em primeiro lugar o seu céu, que muda a cada instante, leve, puro, suave, onde as nuvens parecem ter asas, e que não é o mesmo em um minuto; é depois o nosso mar verde, vibrátil e luminoso, as nossas areias tépidas e cobertas de relva, os nossos coqueiros, que vergam desde o soco até ao espanador de um brilho metálico e dourado, com que parecem ao longe sacudir as nuvens brancas, as jaqueiras e mangueiras cuja sombra rendada é um oásis de frescura e abundância...

Em sua descrição, publicada no jornal *O Paiz* (Rio de Janeiro), em sua edição de 30 de novembro de 1887, Joaquim Nabuco, pinta, com a mão de um mestre, as belezas do seu torrão natal, utilizando-se das mais contagiantes cores de sua palheta.

...Não é uma dessas vistas de altura, das quais o mar fica tão abaixo aos pés do espectador, que perde o movimento e a vida, parecendo uma tela diáfana estendida sobre o fundo

vazio do ar, vistas em profundidade, que dão vertigem e nas quais a perspectiva é tão longínqua como se víssemos por um óculo virado. A vista de Olinda é outra; é uma vista em comprimento, em que os planos sucedem-se uns aos outros como o desenvolvimento da mesma sensação visual, em que desde Olinda até ao Recife, e mais longe até o Cabo de Santo Agostinho, o olhar não precisa mover-se para apanhar a totalidade do cenário que se prolonga à beira do mar, salpicado das velas brancas das jangadas, penas destacadas das grandes asas da coragem, do sacrifício e também da necessidade humanas!

Com Joaquim Nabuco, também concorda quem melhor pôde apreender as cores desta paisagem, o poeta Carlos Pena Filho, para quem Olinda é possuidora não somente de nuances, mas de profundos mistérios.

*Olinda é só para os olhos,
não se apalpa, é só desejo.
Ninguém diz: é lá que eu moro.
Diz somente: é lá que eu vejo.*

*Tem verdágua e não se sabe,
a não ser quando se sai.
Não porque antes se visse,
mas porque não se vê mais.*

*As claras paisagens dormem
no olhar, quando em existência.
Diluídas, evaporadas,
só se reúnem na ausência*

Mas lá longe, olhando-se em direção do Sul, espraia-se na nossa visão a Cidade do Recife, ocupando uma área de 221 quilômetros e 471 mil metros quadrados desta planície, formada pelas terras de aluvião trazidas pelo delta dos rios Capibaribe, Beberibe, Jiquiá e Jaboatão, bem como pelos constantes aterros promovidos pela mão do homem ao longo desses últimos quatro séculos.

O Recife tem seu centro urbano constituído por três ilhas: a do Recife, a de Santo Antônio e a da Boa Vista, as quais se interligam com o

continente, através de pontes que são como braços a unir toda a cidade. A sua condição de planície tropical, refrescada pelos ventos alísios que nos chegam do Atlântico, sem registro de grandes temperaturas, estiada na maior parte do ano, com o eterno fascínio das praias de água morna, transforma a capital de Pernambuco num eterno convite para passeios a pé, nos quais o caminhante ganha as ruas sem maiores compromissos, gozando do cenário de suas pontes e da beleza dos seus monumentos, como a repetir os versos do poeta Ledo Ivo:

*Amar cidades, só uma - Recife.
E assim mesmo com o vento amplo do Atlântico
E o sol do Nordeste entre as mãos.*

EMÍLIO MARCONDES RIBAS, PIONEIRO DA SAÚDE PÚBLICA

Francisco PIORINO FILHO

Emílio Marcondes Ribas, nasceu no Vale do Paraíba, em pleno apogeu da riqueza cafeeira, em meio aos mais importantes “barões” do café paulista. Nasceu em Pindamonhangaba aos 11 de abril de 1862, na fazenda de seu avô materno, Manuel Ribeiro do Amaral (conhecido por Manduca Machado), filho de Cândido Marcondes Ribas e Andradina M. Machado Ribas.

São Paulo, na época, era apenas uma Província, de limitada projeção no cenário do Brasil do Segundo Império. No Rio de Janeiro estava a Corte, centro fervilhante de todas as atenções, espécie de imã a atrair os jovens brasileiros nascidos em qualquer parte. Estudar no Rio era aspiração máxima de um rapaz do século 19. Mas viver na “cidade grande” (“ainda que o Rio de Janeiro da época não fosse maior do que uma cidade do interior paulista hoje”) exigia certo investimento que não estava ao alcance de qualquer um.

Ribas, era neto de pequeno proprietário - Cândido Ribas - de uma fazenda de criação e chá em Pindamonhangaba. Enviar o jovem Emílio para estudos na Corte, certamente exigiu dos Ribas algum sacrifício. Mas, de qualquer forma mesmo estando em jogo valores econômicos, não encontrou resistência dos pais, que desde cedo descobriram e compreenderam no filho os caminhos que se propunha a seguir .

Sem tradição da medicina na família, era de se supor que Emílio Ribas se interessasse muito mais pela terra, pelas perspectivas do café, do que pelos desafios incertos da carreira de médico. O pai já estava à testa da fazenda do velho Cândido, e já havia substituído a cultura do chá pelo café quando a vocação pela medicina era evidente no filho.

E assim, aos vinte anos, levando mais certezas do que insegurança ou medo, deixou a sua Pindamonhangaba e, abençoado pelos pais, iniciou a longa viagem até a Corte. Em meio do seu primeiro ano de estudos, chegou a comentar com um colega: *“Ainda não sei se estou mesmo fazendo um curso de medicina ou um curso de desafio...”*.

Emílio Ribas foi aluno brilhante durante todo o período em que esteve na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Formou-se em 1887. Dois anos antes da proclamação da República.

A partir da República, a medicina vai começar a conhecer uma nova era de desenvolvimento. E nessa nova era, Ribas vai ser um dos mais importantes expoentes.

Formado, Emílio Ribas era o que se chama hoje clínico geral. Na verdade, naquela época, o Brasil não podia se dar ao luxo de ter médicos especialistas. Precisava mesmo era de clínicos-gerais, capazes de atender aos pacientes dos pés à cabeça.

Ribas defendeu tese em fevereiro de 1888, apenas três meses depois de receber o diploma (novembro de 1887). O tema: *“Morte Aparente dos Recém-Nascidos”*.

Defendida a tese, achou que seu lugar era em Pindamonhangaba. Como homem cheio de princípios, considerava um dever moral voltar à terra natal e a ela oferecer seu conhecimentos.

Pouco tempo depois de formado, no início da carreira, Emílio Ribas - em 1889, veio a se casar com a jovem Maria Carolina Bulcão que veio a acrescentar Ribas ao seu nome, filha do Dr. José Fortunato da S. Bulcão e de d. Maria José de A. Vianna Bulcão, passando a residir em Santa Rita do Passa Quatro, onde efetivamente passou a clinicar e em seguida vai para Tatuí. Do seu casamento nasceram os seguintes filhos: Paulo Bulcão Ribas (médico), Marietta Bulcão Ribas, Ruth Bulcão Ribas. Felix Bulcão Ribas e José Bulcão Ribas.

Emílio Marcondes Ribas faleceu em São Paulo, aos 19 de dezembro de 1925.

UMA SÍNTESE DAS GRANDES OBRAS DE RIBAS

Em 1893, empresta serviços profissionais às forças expedicionárias destacadas no Sul do Estado, por ocasião da Revolta

Armada e, em 1895, é nomeado inspetor sanitário, por decreto do dia 1º de setembro, em comissão; serve na capital e combate epidemias pela primeira vez, principalmente de febre amarela, nas cidades de Araraquara, Jaú, Rio Claro, Pirassununga e São Caetano.

Já no dia 18 de setembro de 1896, juntamente com outros colegas, é efetivado no cargo de inspetor sanitário; é designado para a Comissão Sanitária encarregada de combater a febre amarela na cidade de Campinas. Um ano depois, essa campanha começa a surtir os primeiros efeitos. No dia 15 de abril de 1898 é nomeado diretor do Serviço Sanitário; Campinas está saneada.

Acontece que, em 1899, mal assumindo as novas funções, surge uma epidemia de peste bubônica em Santos. Começa a cogitar da implantação de um Instituto Soroterápico em São Paulo; a título precário, começa a funcionar o Instituto Butantã, sua criação, na fazenda do mesmo nome.

Em 1900, pede demissão do cargo - a febre amarela em Santos já estava saneada, porém, o presidente Fernando Prestes não concede; tem em mãos a nota preliminar da comissão norte-americana sobre as experiências realizadas em Havana, a respeito da profilaxia da febre amarela. Em 1901, no dia 14 de janeiro, publica a primeira monografia sobre a profilaxia da febre amarela no Brasil, de acordo com a nova doutrina.

No ano de 1903, em janeiro e fevereiro, repete em São Paulo as experiências de Cuba, deixando-se picar, juntamente com Adolfo Lutz e voluntários, por mosquitos infectados pelo sangue de um amarelento, na tentativa de provar que a febre amarela era transmitida pelo **Stegomyia fasciata**; em abril faz experiências de contato com detritos de doentes e verifica a ausência de contágio; declara no 5º Congresso Brasileiro de Medicina e Higiene que a tese dos “contagionistas” não tem valor algum (julho); A febre amarela é declarada extinta em todo Estado de São Paulo.

Emílio Ribas, em 1908/1909, designado pelo governo do Estado viaja para os Estados Unidos e Europa, onde participa de Congressos e visita organizações sanitárias; pronuncia em Londres, na Society of Tropical Medicine and Hygiene a conferência *The Extinction of Yellow Fever in the State of São Paulo (Brazil) and the City of Rio de Janeiro*: é convidado pelo governo francês para fazer parte de uma comissão de

combate à febre amarela na Martinica (recusa por excesso de compromissos). Em 1910, estabelece diferenças entre estados de varíola; intensifica as vacinações; apresenta nota preliminar sobre o assunto à Sociedade de Medicina de São Paulo.

Em julho de 1911, publica em **Transactions of the Society of Tropical Medicine and Hygiene** um trabalho sobre a varíola; organiza a Divisão de Higiene Escolar; por sua iniciativa, é construída a Estrada de Ferro para Campos do Jordão que ele defendia por considerar o clima ideal no tratamento de tuberculosos. Para que tal objetivo fosse alcançado, trabalhou ao lado do Dr. Victor Godinho - outro batalhador esforçado, pertinaz, operoso e empreendedor, e ambos tiveram certeza da vitória. A inauguração oficial da ferrovia deu-se aos 15 de novembro de 1914, quando foi utilizada a locomotiva “Prudente de Moraes”, movida a vapor, atingindo Campos do Jordão depois de um percurso de 47 quilômetros, em demanda da alterosa Mantiqueira, com rampas de dez por cento e sem túneis, sendo festivamente recebida naquela localidade. Dessa forma, despedaçando penhascos, abriu-se enfim o caminho por onde a humanidade sofredora iria passar, em busca daquelas deliciosas e encantadoras paragens, sobretudo na busca da saúde.

Já no ano de 1913, é convidado pelo governo do Estado a chefiar, no país e no estrangeiro, a comissão de estudos sobre métodos modernos no tratamento da lepra (aceita); fica afastado do Serviço Sanitário. Em 1914/1915, apresenta no 2º Congresso Científico Pan-Americano, realizado em Washington, o trabalho “Eradication of Yellow Fever from the State of São Paulo”.

No dia 11 de abril de 1917 é aposentado do cargo de diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, sendo certo que sua última conferência, sobre febre amarela, aconteceu em 1922, no Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina de São Paulo, denominado Oswaldo Cruz.

Como se constata, o extraordinário higienista dedicou a maior parte de sua vida nas pesquisas e nas lutas contra os males que assolavam a humanidade em sua época. Foi um verdadeiro herói, porém até hoje injustamente esquecido no que pese algumas modestas homenagens em relação aos seus grandes feitos.

Prova da sua enorme dedicação à comunidade, pode-se mostrar pelo diálogo que teve com sua esposa Dona Carolina (Mariquinha), ao completar 36 anos de casamento:

“Sabe que data é esta Mariquinha? - e uma pausa para divagar. ou conferir no pensamento para ter mesmo a certeza... Ela, sentada ao lado da cama, em silêncio, certamente também conferindo as mesmas imagens. Manteve o silêncio e ele mesmo respondeu: Faz 36 anos que nos casamos!

Por um momento ela ainda ficou em silêncio. Em seguida, assumindo seu velho ar brincalhão, não teve dúvidas:

- Trinta e seis não, só dezesseis. Porque os outros vinte você gastou no Serviço Sanitário”.

PUBLICAÇÕES IMPORTANTES DE EMÍLIO RIBAS:

Afora as já citadas, é o Suplemento de História e Cultura (Jornal da Associação Paulista de Medicina (1979), que traz em sua página 8, outras obras importantes de Emílio Ribas, complementando um magnífico estudo histórico da vida desse grande cientista do Brasil, feito por outro herói da nossa medicina, Vital Brazil, aos 30 de maio de 1936, em Niterói.

Ei-Ias: 1901 - “O Mosquito como agente da propagação da febre amarela; 1902/1903 - “Memória sobre a profilaxia da febre amarela”, apresentada ao 6º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia; 1910 -”Alastrim and Milkpox”- Nota prévia apresentada à Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo; 1914 - “Etiologia da lepra - Herança e contágio”; 1915 - “Profilaxia da lepra, os asilos colônias”; 1916 - “Lepra, sua frequência no Estado de São Paulo - Meios profiláticos aconselháveis” - Primeiro Congresso Médico Paulista; 1917 - “A lepra” - Respostas às indagações feitas pela Associação Protetora dos Morféticos, com o fim de obter os dados para a humanitária solução do urgente problema do mal de São Lázaro”; 1918 - “Frequência da lepra em São Paulo” - Profilaxia da lepra; 1921 -”Questões de higiene - A febre

tifóide em São Paulo” - Conferência realizada no Instituto de Higiene; 1922 - “Campanhas Sanitárias - A febre amarela” - Conferência realizada no Instituto de Higiene; 1904 - “Travaux touchant la prophylaxie de la fièvre jaune”. Além dessas publicações, acrescentava Brazil Vita no seu artigo: *Anualmente consignava Emílio Ribas, em substanciosos e documentados relatórios toda a sua atividade em benefício da Saúde Pública do Estado. Em 19 anos de vida pública, à testa do Serviço Sanitário, elevou tão alto o prestígio do elevado cargo, que dificilmente poderá ser igualado e nunca excedido. Da sua útil existência deixou um traço luminoso de bondade, que jamais se apagará da memória das gerações contemporâneas e passará, certamente, às vindouras*”.

HOMENAGENS A EMÍLIO RIBAS:

Apenas uma praça, em 1903, foi dada pela Câmara Municipal de Pindamonhangaba, então presidida pelo Dr. Francisco Marcondes Romeiro, a denominação de EMÍLIO RIBAS, pávida homenagem prestada aos méritos, ao talento e ao prestígio do ilustre e dedicado pindamonhangabense, que é também uma das glórias da medicina do nosso Brasil.

Tempos depois, foi inaugurada uma herma em sua homenagem que hoje se encontra num espaço especial, ao lado dos escritórios da Estrada de Ferro Campos do Jordão (antes estava implantada na Praça Monsenhor Marcondes) e bem como dado seu nome ao prédio do Centro de Saúde, em ato do então governador Carlos Alberto Alves Carvalho Pinto.

Em 1962, os Poderes Públicos de Pindamonhangaba organizaram extenso programa comemorativo ao “I CENTENÁRIO DE NASCIMENTO” de Emílio Ribas, de 6 a 11 de abril, sendo prefeito o professor Manoel César Ribeiro e presidente da Câmara Municipal, o vereador Lloyd Figueiredo Pereira da Rocha e presidente da Comissão Organizadora, o Dr. José Benedito dos Santos.

Em 1975, quando era prefeito o Dr. João Bosco Nogueira e presidente das Câmara Municipal o vereador Caio Mário Jacinto da Silva, foram prestadas homenagens pertinentes ao CINQUENTENÁRIO de sua

morte, sendo presidente da Comissão Organizadora, o Dr. Waldomiro Benedito de Abreu. Foi nesse ano que se instituiu a “Semana Emílio Ribas”.

Das homenagens acima citadas, coube destaque na programação, missas celebradas por Monsenhor João José de Azevedo, sessões solenes na Câmara Municipal, palestras radiofônicas, homenagens de alunos das escolas locais, conferências e debates entre ilustres médicos convidados.

Também, com o objetivo de prestar homenagens ao grande brasileiro de Pindamonhangaba, o prefeito João Bosco Nogueira sancionou lei que tomou o nº 1.449, de 24/09/75 que criou o “Dia Municipal da Higiene”, a ser comemorado bianualmente com início no dia 11 de abril, data do seu nascimento, com a denominação de “Semana Emílio Ribas” e, em 27 de agosto de 1986, assinou nova lei, de nº 2.120, que unificava as comemorações das Semanas “Emílio Ribas” e a “Prevenção de Acidentes” de Pindamonhangaba”, com a denominação de “Semana Emílio Ribas”, com comemoração anual na semana que compreender o “Dia do Médico”, em outubro. Por outro lado, revogou o prefeito a lei anterior, de nº 1.449.

Cabe aqui ressaltar a importância que a imprensa brasileira, especialmente de São Paulo, sempre deu a Emílio Marcondes Ribas.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NATURALIDADE DE UM HERÓI

José Antônio de Ávila SACRAMENTO

*“Por que amo esta cidade d’El-Rey?
Aqui nasceu Um, de alcunha o
Tiradentes. Até o fim reinará aqui a
Liberdade. Amém.”*

(Altivo de Lemos Sette Câmara)

Existe, ainda que nos bastidores, uma espécie de disputa acerca da naturalidade de Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”. Essa disputa é ocasionada por mera desinformação, por crença em teses fantasiosas, interesses comerciais, econômicos, turísticos e outros ainda não revelados. Seria até compreensível a polêmica, caso não existissem provas concretas de que o território onde nascera o líder da Conjuração Mineira, em 1746, estava sob a jurisdição de São João d’El-Rey. Assim, qualquer especulação contrária é (e sempre será!) inglória, já que irá de encontro a uma série de documentos que, com a mais absoluta precisão, indicam sob qual jurisdição nasceu aquele que, mais tarde, viria a ser o líder maior da Conjuração Mineira. Há ainda os escritores que, de posse de bibliografia não muito confiável, transcrevem, sem nenhuma malícia, que o Tiradentes nascera mesmo na antiga Vila de São José d’El-Rey.

Joaquim José da Silva Xavier nasceu na Fazenda do Pombal. O registro de batismo dele se deu no dia 12 de novembro de 1746, na Capela de São Sebastião do Rio Abaixo, filial da Matriz de Nossa Senhora do Pilar da Vila de São João d’El-Rey. Esse registro batismal evidencia sob qual jurisdição eclesiástica estava aquela Capela e, como já dito, também tem valor legal como substituto do registro cartorial.

Naquela época, não apenas a jurisdição eclesiástica, mas também a jurisdição territorial da Fazenda do Pombal pertencia a São João d'El-Rey, conforme bem sustentaram diversos historiadores, dentre eles Basílio de Magalhães, Luís de Melo Alvarenga, Sebastião de Oliveira Cintra, Fábio Nelson Guimarães e Eduardo Canabrava Barreiros, os quais provaram através de documentos confiáveis que a cidadania do Alferes é são-joanense. Pareceres do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto dos Advogados Brasileiros também apontaram coerentemente nesse sentido. Apenas para ilustrar, é preciso lembrar também que, com a criação da Comarca do Rio das Mortes (1714), São João d'El-Rey foi declarada “Cabeça de Comarca” e assim, possuía o completo domínio sobre um vasto território compreendido entre o Ribeirão das Congonhas e as fronteiras da Vila de Guaratinguetá.

O insigne Basílio de Magalhães (1874-1957) já afirmava que “ninguém melhor que o próprio Tiradentes poderia saber a quem pertencia o pedaço de terra onde viera à luz e que ele haveria de santificar pelo próprio martírio”. De modo preciso, ficamos sabendo através da declaração do Tiradentes, na primeira inquirição da Devassa (na Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1789), que ele **era natural do Pombal, termo da Vila de São João d'El-Rey**, Capitania de Minas Gerais. Então, como se não bastassem os registros documentais determinando a jurisdição daquela área, eis aí também a palavra do próprio Tiradentes, perante o tribunal que o julgou, esclarecendo que seu nascimento se dera em solo são-joanense. Essa declaração, aliada aos demais documentos, é conclusiva e, decerto, tem o mérito de esgotar a polêmica sobre a cidadania do Alferes, jogando por terra especulações ou frágeis argumentações contrárias.

Embora não pudesse existir mais dúvida alguma quanto à jurisdição da área da Fazenda do Pombal, sítio onde nascera Tiradentes, algumas pessoas ainda teimam acreditar na fantasiosa tese de que o Alferes poderia ter nascido sob a jurisdição da antiga Vila de São José d'El-Rey (atual município de Tiradentes). Essa tese, embora inconsistente, é alimentada pelo fato de que em 17 de dezembro de 1755, atendendo a forte pressão da Câmara sanjosefense, Francisco José Pinto de Mendonça, então ouvidor-geral da Comarca do Rio das Mortes, através de correição,

resolveu determinar que o rio das Mortes fosse considerado o limite natural entre as duas Vilas (São José e São João). Esse ato fez com que a Fazenda do Pombal e o arraial de Santa Rita do Rio Abaixo (atual município de Ritópolis), situados à direita do referido rio, passassem a pertencer temporariamente à Câmara de São José d'El-Rey.

No entanto, segundo vários historiadores, Basílio de Magalhães por exemplo, a decisão do ouvidor-geral não passou em julgado, porque em 1760 e 1779 o arraial de Santa Rita do Rio Abaixo e a capela de Nossa Senhora da Ajuda do Pombal já eram tidos como pertencentes a São João d'El-Rey. Sobre esse assunto ele (Basílio) assim se pronunciou: “Se, nas relações entre as duas vilas limítrofes, houve um momento, embora efêmero, em que o local, depois celebrizado pelo martírio do seu filho egrégio, vacilou entre as duas órbitas de posse e de jurisdição, documentos particulares, sobretudo os existentes nos arquivos eclesiásticos, são acordes, são unânimes a favor de S. João d'El-Rey. O insigne Basílio cobrou ainda ao governo mineiro que reparasse a usurpação feita a São João d'El-Rey, pois foi com base no processo de inventário da mãe de Tiradentes ter sido aberto em 21 de janeiro de 1756 perante a justiça de São José d'El-Rey, pelo fato da citada correição, que “se baseou o governo de Minas, para erroneamente, atribuir a S. José d'El-Rey o berço do ínclito herói da conjuração de 1789.” E preciso observar que essa correição aconteceu após o nascimento do Tiradentes (1746), sendo inaceitável, portanto, que um episódio ulterior ao nascimento do Alferes pudesse determinar-lhe a cidadania. O fato do relacionamento político-administrativo de Santa Rita do Rio Abaixo (atual Ritópolis e, por conseguinte, a Fazenda do Pombal) ter acontecido durante 238 anos sob a jurisdição são-joanense, possibilita-nos concluir que a vida do Tiradentes esteve sempre intimamente ligada a São João d'El-Rey. O tempo restante se torna irrelevante agora, quando o que se pretende com este artigo é apenas definir a cidadania de Joaquim José da Silva Xavier.

Aos interessados em aprofundar no tema sugiro, dentre a vasta bibliografia existente sobre o assunto, a leitura do livro “As Vilas del-Rei e a cidadania de Tiradentes” (Livraria José Olympio Editora - Coleção Documentos Brasileiros), no qual Eduardo Canabrava Barreiros fundamenta profundamente a questão, apresentando um estudo completo da situação administrativa da região do rio das Mortes, a partir

do final do séc. XVII. O autor ilustra a sua obra com várias pranchas de cartografia histórica, defendendo e provando que a São João d'El-Rey pertence a glória de ter sido a terra abençoada que viu nascer o menino Joaquim José. É mister observar que esse historiador, natural de Curvelo-MG, não escreveu com a paixão que, muitas das vezes, acaba por dominar os são-joanenses; Canabrava analisa o fato perante a luz dos muitos documentos existentes e, assim, argumenta fortemente e com a isenção própria dos historiadores. Nos idos de 1992, reforçando a tese da naturalidade são-joanense do Alferes, o então senador Alfredo Campos apresentou, na tribuna do Senado, a sua contribuição ao restabelecimento da verdade histórica acerca do local de nascimento do Tiradentes, pronunciamento que mais tarde veio a ser editado e fartamente distribuído sob a forma de um livreto intitulado “Tiradentes, cidadão sanjoanense”.

As fontes históricas e as argumentações de respeitáveis historiadores já consideravam a acirrada disputa (ou litígio?) então existente acerca da cidadania do Tiradentes, principalmente por parte da antiga Vila de São José. Assim, como sabiam que o tema era polêmico, apresentaram farta documentação histórica e não omitiram nenhum fato, nem mesmo o episódio da correição de 1755. Concluído os trabalhos, após a análise exaustiva da questão, foram unânimes em admitir que o local onde Joaquim José da Silva Xavier nasceu estava mesmo, em 1746, sob a jurisdição da então Vila de São João d'El-Rey, atual Município de São João d'El-Rey - MG.

A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE NO SÉCULO XVIII

Fábio LUCAS

Para reforçar argumentos já desenvolvidos, deliberamos encadear algumas notas de apoio, que acentuam as distinções culturais entre o Brasil e Portugal, em primeiro lugar; como corolário a alteridade entre a América e a Europa. Por último, no rumo da aquisição de valores endógenos, genuínos, assinala-se a constituição de um corpus axiológico que separa o Brasil do resto do mundo, quando, então, se esboça uma entidade autônoma.

Dois níveis de consciência operavam em Minas Gerais no século XVIII, a mais rica e próspera província da colonização portuguesa de um lado, a elite cultural, composta de poetas, artistas, músicos, professores, gramáticos, tradutores, cientistas de toda ordem (botânicos, químicos, inventores), juristas, negociantes, rendeiros, arquitetos, mineralogistas, clérigo ilustrado, funcionários da Coroa, enfim, a camada letrada da população; de outro lado, o corpo de artesãos, de trabalhadores da mineração, pequenos agricultores, enfim, a camada popular.

O núcleo da elite se deixava passar pelas idéias francesas, que o Enciclopedismo fazia irradiar pelo mundo Ocidental. Curioso o percurso dos intelectuais: iam buscar conhecimentos na Europa, preponderantemente em Coimbra. O governo português cuidava de prepará-los como súditos fiéis aos interesses da Coroa. Mas aquela juventude, em contato com os meios acadêmicos, acabava por informar-se do progresso técnico e político que tomava os setores mais avançados da Europa. Acabaram, no retorno ao Brasil, por empunhar a bandeira do avanço independente da Colônia.

O governo do Marquês de Pombal contraditoriamente contribuiu por reforçar a motivação autonomista, muito embora o seu projeto político-econômico fosse o de engajar o Império português na esfera da modernização autoritária enfraquecendo o clero e a nobreza, símbolos de uma herança feudal, pré-capitalista, tentou desenvolver o setor comercial e financeiro, a fim de ativar a utilização das riquezas provenientes da ocupação colonial. Tinha, evidentemente, de contornar o poderio expansionista da Inglaterra e as desavenças com o projeto espanhol.

Foi na reforma do ensino, em favor da preponderância da língua portuguesa no Brasil, que se propagou um dos fatores de comunhão cultural entre as duas camadas da população brasileira: a erudita e a popular.

A consolidação da língua portuguesa no Brasil, no século XVIII, marcará igualmente uma diferenciada prática linguageira, estabelecendo-se, então, um fosso cultural na direção da autonomia brasileira. Apontemos alguns aspectos que, nesse âmbito, favoreceram a formação de nossa peculiaridade.

Valendo-nos do manuscrito de Lorenzo Vitral, “Língua geral versus língua portuguesa: a influência do processo civilizatório”, indiquemos, em primeiro lugar, a sua hipótese: “a vitória dos emboabas, ao permitir o estabelecimento da ordem institucional na região das Minas, que veio a se tornar, no transcorrer do século XVIII, a capitania mais importante da colônia, cerceou a expansão da língua geral do sul no Brasil. Assim, a dominação política daqueles que não falavam a língua da terra foi, provavelmente, decisiva na atribuição de prestígio ao idioma lusitano.” Os paulistas, considerados ferozes na sua cobiça e rústicos, eram majoritariamente bilíngües, dominando a língua geral do sul e o português.

O sucesso da língua portuguesa no Brasil se deve, na opinião de Lorenzo Vitral, em primeiro lugar, à política do Marquês de Pombal, que, em 1758, tornou obrigatório o seu uso na colônia. Concomitantemente, a expulsão dos jesuítas tirou a primazia do ensino das línguas indígenas, com o objetivo da expansão da fé. O ensino em Minas, portanto, não esteve associado à ação missionária de ordens religiosas.

Já assinalamos, em outro estudo (“Combates da Razão: Luzes e Pombalismo entre os Mineiros”), como José Ariel Castro chama a

atenção para a pedagogia pombalina que determinou que se ensinasse antes de mais nada a ler e, somente depois a escrever. Com isso, fez-se necessário recrutar mestres que ensinassem a ler em voz alta. Como não havia professores lusitanos em número suficiente, utilizaram-se mestres locais, habituados à pronúncia brasileira, fixando-se, portanto, a norma local nos exercícios de leitura e dicção.

Quanto à elite intelectual, tomemos o exemplo de alguns poetas mineiros. J. Basílio da Gama, como é sabido, ingressou na Arcádia de Roma, em 1763, designando-se “Americano” (e não “Português”, como seria de regra), pontuando uma alteridade entre o “Português” da América e o da Europa. Já na obra **Sonetti ed Orazioni in Lode delle Nobile Arti del Disegno, Pittura, Scultura ed Architettura**, de 1764, aparece, à p. 65, assinando um soneto e se designando “Brasileiro”: Giuseppe Basílio da Gama Brasileiro (cf. Hélio Lopes, *Letras de Minas e Outros Ensaios*, S. Paulo, Edusp, 1977, p. 152).

Já seu amigo e admirador Silva Alvarenga, na obra **Glaura** (1799), inscreve, a p. 5: Poemas eróticos de hum Americano, o que reforça o corte nativista, dentro do complexo cultural luso-brasileiro.

O projeto diferenciador de objetivos estava em processo já no século XVIII. Apenas breve citação ligada à circunstância da Inconfidência Mineira: o clérigo que prestou assistência religiosa aos condenados, Frei Raimundo Pennaforte, assim se pronunciou em seu relatório: “Entre os papeis apreendidos aos réus, achavam-se muitas poesias, verdadeiras sátiras, contra os Europeus, e um poema, que metia a ridículo todo o governo da soberana.”

Fermentara-se o clima anti-Iusitano. Laura de Mello e Souza, no capítulo “Insurreições em Minas” de **Norma e Conflito - Aspectos da História de Minas no Século XVIII** (Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999) assinala que a Inconfidência Mineira de 1789, malgré elle-même, constitui “marco de nossa nacionalidade” (p. 214). E, no capítulo “Civilização em Minas”, pontifica: “No último quartel do século, menos de cem anos, portanto, após Antônio Rodrigues Arzão ter encontrado no Trapuí o primeiro ouro, havia em Minas apreço tão acentuado pelas reuniões literárias, pelos espetáculos teatrais, pelas audições de música, pela encomenda e compra de livros, pela fruição estética que, sem exagero,

pode-se falar que existia aí, talvez pela primeira vez na América Portuguesa, um verdadeiro sistema cultural.”

Em trabalho de grande concentração intelectual, Ivan Teixeira buscou acentuar a funcionalidade da retórica pombalina, que tinha por objetivo exclusivo consolidar os valores da colonização portuguesa. Buscou, nessa linha, contraditar a tradição romântica de nossos historiadores da Literatura e estudiosos do passado colonial, que apontam na “escola mineira” os primórdios da formação da nacionalidade. É o que consta do laborioso trabalho **Mecenato Pombalino e Retórica Neoclássica** (S. Paulo, Edusp, 1999).

Mas a Literatura é o reino da polissemia. A filiação retórica é incapaz de governar o registro do sentido. Que europeu, por mais fiel que fosse à disciplina retórica, adotaria, como J. Basílio da Gama e José de Santa Rita Durão, tão divergentes em princípios políticos, títulos de obras como **O Uruguary (1769)** ou **Caramuru (1779)**? Por mais estreita que fosse a decisão mimética, a mitologia greco-latina deixou de ser tão determinante no seu absolutismo “neoclássico”.

É que já estávamos sob o foco de uma alteridade. O embrião de novo limite cultural plantava os seus marcos. De que valeu que todos os estudantes brasileiros fossem preparados para reproduzir as razões da Coroa portuguesa? A metodologia escolástica encontrou contundente contestação nas sátiras de Silva Alvarenga (*O Desertor*, 1774) e de Francisco de Mello Franco (*O Reino da Estupidez*, man. de 1785 e edição de 1810).

A Mesa Censória fora unificada em 1768, amenizando-se o efeito da tirania religiosa na proibição das obras, muito embora permanecessem sob censura autores como Voltaire, Rousseau, Raynal, Mably, Montesquieu, Diderot, Beccaria, Marmontel, Laclous, etc. No entanto, as “idéias francesas” predominavam nas bibliotecas apreendidas nas duas Devassas: a da Inconfidência Mineira e a do Rio de Janeiro (1794).

Caio Boschi, no estudo “A Universidade de Coimbra e a Formação Intelectual das Elites Mineiras Coloniais” (**Achegas à História de Minas Gerais - Século XVIII**, Universidade Portucalense, Departamento de Publicação, Porto, Junho, 1994, pp. 11-37) assinala que, não obstante

a tentativa de dominar a formação da elite mineira por meio do ensino, um dos mais convictos da Conjuração, o Cônego Luís Vieira da Silva, e um dos mais ardorosos e empenhados na luta pela autonomia, o Tiradentes, não passaram pelos bancos universitários de Coimbra.

Aliás, não nos parece casual que apareçam, nos autos de devassa da Inconfidência Mineira, tantos poetas e sacerdotes ilustrados. O argumento de que todos estavam a serviço da retórica pombalina e portanto, do fortalecimento da dominação lusitana, sofre, com o fato, frontal contestação.

Ademais, leiamos com proveito alguns ensinamentos de Joaquim Brasil Fontes. No estudo “As Obrigatórias Metáforas”, adverte: “A Retórica é uma arte (no sentido grego: *tékhne*) que se ensina e que é importante para a sobrevivência das instituições. Com a queda das cidades-estados e o fim da República Romana, ela perde sua razão (ideológica) de ser: transforma-se em tarefa **escolar**, no sentido pejorativo do termo. “(As **Obrigatórias Metáforas**, S. Paulo, Iluminuras, 1999, pp. 53-54).

Em outro capítulo, “Gramática, Texto e Retórica”, Joaquim Brasil Fontes mostra como o **Trivium** proveio de Quintiliano e “comportava dois aspectos: o conhecimento do uso lingüístico correto (**recte loquendi scientia**) e a leitura explicada dos poetas (**poetarum enarratio**), compreendendo, pois, uma ciência da linguagem e uma ciência do fato literário.” (ob. cit., pp. 34-35). E acrescenta: “Essa gramática estuda **uma** língua, que é **a** língua: o latim, sistema abstrato, grande estrutura fechada num espaço que dissolve a dialética da situação de comunicação.” (ob. cit., p. 35).

A seguir, o autor de **As Obrigatórias Metáforas** incide no ponto nodal da questão: “a **língua da Gramática** oculta a história e as condições de produção do discurso, permitindo instaurar a ficção de um idioma inocente, neutro, bem comum a todos, instrumento de comunicação colocado fora do social e acima dos conflitos: atemporal.” (ob. cit., p. 35)

O que desejamos assinalar é que, no século XVIII, o país consolida o estilo brasileiro de uso do idioma português, adotando-o

como língua de cultura e instrumento de inserção no convívio internacional. Além disso, configuram-se os traços marcantes de americanidade e, em particular, de brasilidade, com o que, num jogo de espelhos, se vai estruturando a alteridade em relação aos contributos europeus e a dessemelhança com respeito aos povos de colonização espanhola. Os projetos sociais, políticos e econômicos esboçarão o nosso processo autônomo.

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

TAUNAY, PRESIDENTE DE SANTA CATARINA*

Oswaldo Rodrigues CABRAL

Um poemeto satírico, publicado na década dos oitenta pela imprensa do Desterro, da lavra do dr. Souza Forrobojó – que outro não era senão o Conselheiro João Silveira de Souza, cuja veia poética se revelava nas décimas das “Taunaydas”, sangrando nas rimas toda a sua tremenda ogeriza pelo dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, seu rival e adversário político, assim situa no tempo a chegada do mesmo, como presidente da Província, alguns anos antes:

*“Foi em junho, salvo erro,
Do ano setenta e seis,
Que entrada solene fez
Na cidade do Desterro,
Que tomou conta da Ilha
Este “oitava maravilha”!
Mas, logo à sua chegada,*

^{o)} Em 1976 a antiga Academia Brasileira de História promoveu em Florianópolis uma reunião especial destinada a comemorar o centenário de Afonso de Taunay, homenagem estendida também ao seu pai, o Visconde de Taunay que presidiu a província catarinense na ocasião em que nasceu o futuro historiador das bandeiras. Em conferência proferida a 1º de dezembro de 1986, Oswaldo Rodrigues Cabral, na época a mais expressiva figura da historiografia catarinense, tratou de “Nossa terra e nossa gente ao tempo em que Taunay nasceu”. Dessa conferência é o excerto que oferecemos aos nossos leitores neste fascículo. De Oswaldo Cabral (1903-1978) já nos ocupamos no nº 129, de 1988, desta publicação.

*Quando o viram de penacho,
Houve quem dissesse abaixo:
- “Que Presidente pomada”!*

Estava certo o Conselheiro, pois, com efeito, Taunay desembarcou no Desterro, com sua esposa, justamente a 6 de junho de 1876 e receberia, a 7, das mãos de seu antecessor, o dr. João Capistrano Bandeira de Melo Filho, a responsabilidade do governo provincial.

Pelo visto e narrado no epigrama, desceu fardado - Major que era então - e no vistoso uniforme, colorido e agalado, culminado pelo ornamental penacho de muita vista, das patentes maiores.

Fê-lo corretamente, para impressionar o populacho que, por falta do que fazer, se fazia sempre presente, então, ao desembarque dos passageiros que chegavam, pontualmente, pelos navios da carreira que faziam, escala em nosso porto, cruzando-se aqui os que vinham do norte com os que subiam do sul e, muito mais, a estas cerimoniosas recepções de Presidentes e outros dignitários, quando formava a tropa e o alto mundo comparecia de sobrecasaca e cartola...

Havia música e barulho d'armas - coisas irresistíveis aos ilhéus daqueles tempos - embora, não obstante, muito mais concorridos do que as recepções fossem então, sem a menor dúvida, os bota-foras, as despedidas dos presidentes que partiam, pois, além das presenças obrigatórias dos figurões locais, ao longo da Praça e do trapiche da Alfândega, havia sempre, ou quase, o tradicional “esfogueamento” - a despedida proporcionada pela oposição.

Taunay era deputado por Goiás e o Gabinete Caxias o colocou na presidência de Santa Catarina, nomeando-o a 26 de maio de 1876. Já era, então, major, como se disse, e casara no ano anterior com Dona Cristina Teixeira Leite, filha dos Barões de Vassouras. Quando o casal chegou ao Desterro, já vinha a ilustre dama no derradeiro mês de sua gestação - e de se admirar de como se encorajou de fazer a viagem em seu estado - e aqui lhe nasceu o primogênito - Afonso - ilustre historiador patricio, dos mais fecundos, idôneos e completos na especialidade destas letras - que entrou na vida presente justamente a 11 de junho no próprio Palácio do Governo da Província.

Desterro era então a vila pacata cuja fisionomia urbana oitocentista só se alterou, mesmo, nos últimos trintas anos da atual

centúria (XX) ... Entreposto comercial, vivia em função do seu do seu porto, freqüentado semanalmente por numerosas embarcações nos começos, que ostentavam as cores das mais variadas bandeiras e, na segunda metade do século XIX por navios que vinham da Corte e se dirigiam para o Prata, e que lá volviam, aqui se cruzando semanalmente.

Era uma cidade cujo foros lhe foram concedidos em 1823 pelo primeiro Imperador e que não se distinguia de tantas outra litorâneas que haviam sido semeadas por toda a costa de norte a sul. A sua vida era tranqüila e raros acontecimentos agitavam a sua pacatez, cidade gostosa, de grandes ócios e limitadas preocupações, onde se passava bem de boca e mal de vida - bem, porque tinha de tudo, mal porque só não havia conforto.

A política era o “esporte” nacional mais cultivado, estremando-se os partidários numa espécie de clubismo só comparável ao futebol de hoje...

A sua sociedade esforçava-se por imitar a da Corte, como qualquer outra do país - e quando aqui chegou o Major-Doutor que nos vinha presidir a província, já havia clubes que abriam seus salões para as “partidas”, como então se chamavam as reuniões sociais, fossem ou não dançantes, substituídos os salões particulares das casas abastadas dos grandes senhores da terra, armadores e comerciantes que eram dos donos das fortunas melhores, das famílias que podiam conservar ou ampliar o lustre dos seus nomes tradicionais, das que podiam melhor educar as filhas e destiná-las aos melhores partidos pelo casamento...

Um daqueles clubes ainda existe - e se olvidados andam hoje os seus associados do brilho que deram aos seus salões a freqüência de um Osório, que nele se banqueteu, ou de um Taunay, homem de sociedade que não demorou em se integrar no rol dos seus freqüentadores e de particular de seus serões - é preciso que se faça recordar que, sem dúvida, tal aconteceu e que Taunay em '76 participava de fato das atividades sociais e não apenas a ela comparecia para “dar o ar de sua graça”... Recolhemos da imprensa coeva o fato de que, num dos seus saraus lítero-musicais da época, o Presidente da Província chegava a recitar; que as virtuosos do momento executaram “Jalousie”, peça de sua inspiração e autoria. E, lembremos, “Inocência” estava sendo publicada em folhetim...

(...) A Desterro que Taunay pai conheceu e que Taunay Filho teve por berço e na qual só chegou a colocar os pés já homem feito, adulto, com a prata dos cabelos denunciando-lhe dos anos os trabalhos, pois daqui saiu de colo, com apenas seis meses de nascido ainda por completar, a Desterro que deveria ter sido e, infelizmente, não foi a cidade de sua infância e palco das suas travessuras, a Desterro que foi a nossa e não chegou a ser dele, era uma pobre cidade de ruas estreitas e mal empedradas, isto as do centro, pois as mais distantes eram apenas de terra batida, de barro e areia calcada pelos pés dos escravos, repletas de crateras lunares, fartas de pó quando a conta dos dias andava longa com o sol caminhando de horizonte a horizonte, ou inundadas de lama quando a conta deles era de chuva.

Andava-se a pé ou a cavalo - o portal das casas ostentava argolas para prendê-los - e nunca se referiam os cronistas à existência, em qualquer época, das vistosas cadeirinhas ou das pesadas carruagens. Nem as registram os inventários. Havia, isto sim, um ou outro carro e alguns tilburis familiares, nos quais iam os senhores do alto comércio e influências das classes conservadoras, dos seus sobrados urbanos às chácaras e sítios da Tronqueira, do Mato-Grosso, da rua do Passeio - que ficavam, então, por assim dizer, “fora de portas” - e vice-versa.

Usavam-na somente aqueles que, via de regra, já ostentavam um “status” financeiro que se refletia amplitude abnorminal que se via devidamente ornamentada pelo ouro dos correntões dos relógios - amplitude que não se compadecia com a possibilidade do trajeto a cavalo, menos por compaixão da montaria do que pelas dificuldades cinegéticas de montá-las.

Eram as ruas mal cheirosas, no centro, angustiadas e sem sol, ladeadas de casas de porta e janela e onde, de longe em longe, nas mais concorridas pelo comércio, haviam surgido os primeiros sobradinhos de dois pisos - o térreo para os negócios, os altos para a família. Mal cheirosas por serem o depósito de quanto se rejeitava e não se queria jogado no fundo dos quintais - e corria por elas, morno e excrementício odor das alimárias que, presas às argolas das portas, adubavam a via pública com os excessos da sua economia orgânica, adubo revolvido pela disputa das galinhas que se criavam soltas (e sem despesas...) e que corriam assustadas

pelas matilhas de cães preocupados em perseguição amorosa, como dizia um jornalista coevo, a “uma ditosa de sua espécie”.

Não havia iluminação bastante para afugentar das vias públicas os fantasmas que freqüentavam - negros escapados à vigilância dos senhores, em busca de um canto de quintal resguardado das patrulhas, para o cochicho amoroso; soldados da guarnição do Depósito, em busca das marafonas no Beco-Sujo, disputando-as aos marinheiros com atrasos da escrituração sentimental, no próprio reduto deles, lá para os lados da Figueira, ou junto a Santa Bárbara, onde os conflitos não eram raros uma vez que a cachaça era farta e o femeeiro numeroso...

(...) Quando Taunay chegou com a esposa ao Desterro, o ambiente local já havia sossegado das agitações que haviam proliferado ao fim do governo do dr. João Tomaz da Silva, que plantara muitas iniciativas na província mas não lograra tranquilizar os seus dias. Já então o ambiente retomara parte daquela modorrenta pasmeira que a tantos impressionara e que por ela haviam procurado caracterizar terra e gente - um povo insatisfeito e inconformado, muitas e freqüentes vezes, por se sentir condenado à prisão do “sem ter o que fazer”, permanentemente à espera dos navios com as novidades da Corte a fim de quebrar a monotonia do dia-a-dia, o ramerrão das horas arrastadas com a enervadora lentidão das conversas sem propósito...

Taunay conheceu uma cidade que acabara de sair de uma destas crises de afirmação, cansada e esquecida de si mesma, descuidada dos seus atrativos, sem ter mesmo rendas e meios para promove-los - e que mais do que nunca só não se fechava aos boatos, ao diz-que-me diz, às inconfidências que corriam pelas boticas, plenário tradicional e acústico dos fuxicos políticos da época, distilados enquanto o farmacêutico, geralmente o maioral de um clã partidário, ia preparando, entre palpites lançados do seu “Sanctus Santorum”, através dos balões de vidros coloridos de água anilada de “blau” e “goles” que enfeitavam os balcões, a teriaga receitada por um esculápio do mesmo clã a um correlegionário da mesma seita; ou então surgidos entre caixotes, barricadas e fardos onde se abancavam os circunstantes, à frente das prateleiras dos comércios dos armadores da praça, também por condição e tradição cardiais do partidarismo, pois eram os homens do dinheiro, que jamais deixou de ter voto e voz no Cabido dessas atividades. O liberalismo

criava-se nas boticas; o alcatrão era o meio de cultivo das exuberantes colônias conservadoras.

De fato, o ambiente havia melhorado politicamente, embora restassem ainda alguns remanescentes das arestas surgidas - coisa que por mais que se esforçasse, não lograra o ilustre antecessor do Major-Presidente riscar do mapa dos ressentimentos.

(...) Taunay viu-se livre de problemas, assumindo o governo de uma terra presumivelmente pacificada, não sentiu as marolas das tempestades levantadas em tijelas de barreado francisquense, preparadas pelo temperamental chefe do seu Partido aqui, e que, natural daquelas pitorescas e queridas paragens, por isto mesmo, sabia cozinhar em fogo lento e assoprar sempre a favor dos ventos que vinham da Corte, da cúpula partidária - pois não era político ingênuo, muito ao contrário - para fazer cama onde se esparramassem os pretendentes, nem vestir sobrepelizes em políticos de sacristia...

Já no dia seguinte à posse, depois das despedidas ao seu antecessor, visitou as obras da Alfândega, em fase de conclusão, o Quartel do Depósito e, como cortesia, a Câmara perante a qual prestara o compromisso. E com tais visitas começaram os passeios pela urbe, tomando providências diretas e determinando outras, a fim de melhorar o aspecto da cidade. Seus officios à Câmara e às autoridades foram freqüentes e, muitas vezes, incisivos. Eram ordens.

Interessou-o, sobremaneira, vestir a cidade com a roupagem da limpeza, do asseio, de que andava tão descuidada. E razão lhe assistia. Apesar dos celebrados “ares”, tão decantados pelo bairrismo ou, melhor, pelo ufanismo dos nossos maiores, a verdade é que as epidemias que invadiam o país, castigavam duramente a população do Desterro. Só quando elas apareciam é que se esqueciam os tais “ares salubérrimos”, para encarar a realidade, para se virarem todos contra os miasmas responsabilizados pela febre amarela, pela varíola, pela cólera, pela malária, pela meningite, que nos visitaram e nos afligiram.

Naqueles mesmos dias, a febre amarela já forçara a sua entrada no Desterro. O seu hospital já agasalhava alguns casos da “bicha”. E embora a Repartição de Saúde negasse a existência do mal, a ele sucumbiria, nos fins daquele mesmo mês de junho, entre outras vítimas, a esposa do

Capitão-Tenente Jacinto de Mendonça Furtado Paes Leme, neto do Marquês de Quixeramobim, um dos construtores da nossa Independência, dona Rosalina Vilela Pais Leme, a mais ilustre educadora que nasceu, no século passado, em nossa Província.

Taunay promoveu obras de saneamento, evidentemente de acordo com os precários conhecimentos da medicina preventiva de então, mas o Major Antônio Florenço Pereira do Lago, seu engenheiro de obras, fartou-se por ordens suas, de limpar fontes de abastecimento de água, que eram mais contaminadas do que a imaginação poderia conceber, a catar inimizades, obrigando os proprietários à abertura de valas para escoamento das águas estagnadas, à limpeza dos quintais, depósitos de todos os detritos e de todos os dejetos, ao cuidado da caiação das moradias, medidas todas que então se recomendavam como eficientes - e que até certo ponto eram mesmo - para conservar a salubridade tão estimada quanto irreal.

O epigramista celebrou a ação do improvisado sanitarista traçando na ironia dos seus versos aquilo que hoje é o seu elogio:

*“Presidente de alta grimpa
Tantas fontes tu limpaste
Que até o nome alcançaste
De Major da “fonte limpa”...
E aos nossos ares impuros,
Aos regos, canos, monturos
Da nossa pobre cidade
Votaste tal ojeriza
Que tomaste por divisa
Guerra, morte à sujidade!*

*Este famoso acrobata,
Que nos seus saltos mortais,
Veio cair de Goiás,
Na nossa terra pacata,
Saiba agora todo mundo,
Saibam Dom Pedro Segundo
E sua Imperial Alteza
- É o nosso Major doutor
Dom Alfredo, o “caiador”,
O Presidente Limpeza...”*

No meio da irônica descrição, escapou-lhe, todavia, o depoimento que vale por um atestado:

*“Nada escapou-te à zelosa
Vigilância providente!...”*

E foi assim mesmo. Meteu os olhos em tudo, cuidou de tudo, fiscalizou, ditou, exigiu. A nossa Praça, cartão postal da cidade, coração da urbe que, desde os dias do fundador vem marcando o ritmo da pulsação de toda a nossa vida, pois nela os fatos mais significativos da nossa história tem tido o seu palco, há um século atrás não passava de um potreiro, onde todos os cavalos da cidade, quando de folga, marcavam encontro para calmamente pastar - e o nosso Presidente, que não se conformava em ver o principal logradouro da cidade transformado em compáscuo, sempre que, das janelas do Palácio, contemplava o abuso, mandava imediatamente que fossem os animais recolhidos e multados os seus donos.

(...) Mas, não ficava na “maquillage” da Capital a soma das medidas de Taunay, a cuja acuidade não escaparam muitos outros fatos que revelavam as deficiências existentes em nosso gênero de vida. Muitas medidas de segurança foram tomadas pelo jovem Presidente, inclusive algumas relativas à prevenção de incêndios e na de acidentes de trabalho. Não limitando sua ação aos problemas da Capital, Taunay, nos poucos meses que governou Santa Catarina ainda encontrou tempo para visitar as colônias (que se tornaram as “meninas dos seus olhos”) e cidades do litoral, buscando conhecer as suas necessidades.

A 29 de julho, dois meses de sua chegada à Capital, inaugurava ele o edifício da Alfândega, o mesmo que, hoje, devidamente tombado, se encontra em fase de reconstrução e restauração como obra arquitetônica tipicamente aceita para edifícios destinados a este fim, sendo o daqui um decalque do projeto executado por Grandjean de Montigny para o prédio da Visconde de Itaboraí, no Rio de Janeiro.

Acusou-se Taunay de, impelido pela vaidade ter mandado colocar na placa da inauguração o seu nome. De fato - e nada demais encontramos nisto, não fora o esquecimento de se incluir o nome de Bandeira de Melo Filho, pois se João Tomé colocou a pedra angular e Taunay o inaugurou, é bem verdade que as obras se adiantaram durante

a gestão do referido Presidente. Foi solene o ato de inauguração, realizado a uma hora da tarde, com honras militares pelo 17º Batalhão e duas bandas de música e, no salão nobre com os discursos de praxe além de outros extras e até mesmo um recitativo, que não foi do Presidente... À noite houve baile, com 400 convidados, fartura de doces e bebidas. Taunay teve de aturar numerosos brindes. A imprensa não fez referência à presença da esposa do Presidente, o que se compreende.

Já nos derradeiros dias de seu governo Taunay inauguraria o monumento aos heróis da Guerra do Paraguai, no centro da praça, registrando-se o mesmo cerimonial, numerosos discursos, mas não houve - nem haveria cabimento - nem bailes nem brindes. A imprensa glosou mais uma vez a vaidade presidencial traduzida nos dizeres de uma das placas: “Reinando S. Majestade o Imperador Dom Pedro II, foi começado na presidência do Exmo. Dr. João Tomé da Silva e concluído na do Exmo. Dr. Alfredo d’Escragnonle Taunay. Ano de 1876”.

E glosou porque, segundo as más línguas da época, Taunay mandou rematar o monumento sem que estivesse ele acabado, só para colocar o seu nome na placa. Pode ser, mas a verdade parece conter algumas atenuantes: não havia verba para a conclusão do monumento, faltou dinheiro e o centro da praça apresentava já algumas ruínas do que se construira, de cambulhada com material de construção abandonado. Taunay interessou-se pelo caso e não quis deixar o monumento em tão lastimável estado e pediu a Caxias que lhe cedesse as granadas imprestáveis existentes no depósito de material bélico, para cobrir e dar remate ao pedestal de coluna até hoje sem o fuste de muitos metros que terminaria num relicário de vidro, onde se depositaria a veneranda bandeira dos Voluntários da Pátria de Santa Catarina.

Taunay, como é sabido, e ninguém jamais escondeu, foi sempre um homem vaidoso e deu aos seus biógrafos as mostras deste ângulo de sua personalidade. Bem nascido, ilustre pelo sangue, enobrecera-se pelo talento, dádiva da Providência que soube aproveitar. Instruído, culto, como escritor seu nome já corria mundo, então, com a “Retirada da Laguna”. “Inocência” ainda seria considerada uma obra prima da literatura nacional. Cultivava a música, senão com o mesmo sucesso com que perlustrava as letras, pelo menos as suas melodias românticas agradavam

os ouvidos daquele século, ainda não poluído pela cacofonia das sonoridades mecânicas que são o apanágio do nosso.

Corre como certa a notícia - boato maldizente, talvez - de que Taunay sofria do desapontamento de lhe ter nascido o primogênito aqui em Santa Catarina. Não é aceitável a afirmação. Se não quisesse não teria trazido a esposa, com todos os riscos, que então não eram poucos, de uma viagem às vésperas de lhe dar o herdeiro... E Taunay filho, o grande Afonso, cuja memória estamos a celebrar nestes dias, com o júbilo e justiça, que nunca foi catarinense, porque as circunstâncias lhe negaram esta oportunidade, jamais esqueceu ou negou que aqui tivesse nascido. Mais ainda: honrou-a e engrandeceu-a, e não apenas à Desterro em que abriu os olhos, mas que só viu mesmo depois de vencida a maturidade, mas a nossa pátria toda inteira, a que serviu com dedicação indormida, expoente que se fez da sua cultura e arauto das suas glórias, enobrecendo ainda mais os heráldicos títulos que lhe ornaram o nome.

TEXTOS **(Sugestões para Seminários)**

AS RAZÕES DO HISTORIADOR **(FLÁVIO JOSEFO)**

Tenho observado que aqueles que tentam escrever histórias são levados não por um mesmo objetivo, mas pelos mais diferentes motivos. Alguns, ansiosos para exibir sua competência literária e ganhar daí a fama almejada, lançam-se nesse departamento de letras; outros, para obsequiar as pessoas a quem o relato referiu-se, têm empreendido o necessário trabalho, embora muito além dos seus poderes; há aqueles que têm sido compelidos pela pura força dos acontecimentos nos quais eles mesmos tomaram parte, expende os eventos numa narrativa compreensiva; enquanto vários outros têm sido persuadidos pela predominante ignorância acerca dos importantes assuntos de utilidade geral, publicando sua história para o proveito público. Dos motivos supramencionados, os dois últimos aplicam-se sobre mim mesmo. Pois, tendo conhecido, por experiências, a guerra que nós judeus, movemos contra os romanos, os incidentes no seu procedimento e no seu desfecho, fui forçado a narrar tudo isso detalhadamente a fim de refutar aqueles que, nas suas obras estavam violando a verdade.

(*Antiguidades Judaicas*, I. “Apud” Pinsky, Jaime - *Cem textos de História Antiga*, p. 150. São Paulo, Hucitec, 1972.

O QUE ME FAZ ACREDITAR NO BRASIL (VICENTE LICÍNIO CARDOSO)

O maior estimulante que encontro nessa crença num Brasil futuro é reconhecer que os homens mais graves e mais cultos que têm sido aqui desenvolvidos, viveram inspirados nessa mesma fé criadora e renovadora de energias, fê forte bastante para exigir deles, muitas vezes, o sacrifício de uma vida de comodidades fáceis trocadas por uma tumultuosa de arremessos fragmentados na luta veementíssima contra escolhos temerosos e solapadores, quais aqueles em que se resume um ambiente social caótico em via ainda de formação definida.

É José Bonifácio, abandonando suas glórias conquistadas na Europa, para vir ser aqui o patriarca tutelar de nossa independência em lutas tantas vezes ingrata; é Feijó, a energia salvadora no momento talvez mais crítico de nossa história; são Paraná e Nabuco, dois grandes construtores da pátria; é Pedro II, filho de nossa terra, o imperador magnânimo por havê-la por si mesmo tão pouco governado; são os dois Rio Branco, obreiros notáveis de nossa história; é Benjamin Constant, uma seqüência viva de sacrifícios, o pai espiritual da República; são, enfim, Euclides da Cunha, o artista trágico, Alberto Torres, o pensador desconhecido, Farias Brito, o filósofo sem discípulos, os três marcos iniciais decisivos da independência espiritual do pensamento e da cultura brasileiros.

(**Figuras e conceitos**, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1924. “Apud” Vita, Luís Washington - **Antologia do pensamento social e político do Brasil**, p. 298. São Paulo, Grijalbo, 1968.

ESTRANGEIROS QUE ESCREVERAM SOBRE O BRASIL

GEORG WILHELM FREYREISS (1789-1825)

Coube ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a iniciativa de divulgar em nossa língua, em um dos números de sua revista, em 1907, o precioso relato da viagem ao interior do Brasil empreendida nos anos de 1814 e 1815 pelo naturalista alemão Freyreiss. A tradução esteve a cargo de Alberto Loefgren, renomado botânico sueco que então vivia em São Paulo e a quem devemos a tradução de diversos outros textos valiosos de nossa bibliografia.

Recordando que um capítulo do relato de Freyreiss já havia sido publicado em número anterior da revista, uma nota do Instituto esclarecia que, à vista do interesse despertado por esse excerto, deliberou-se mandar tirar uma cópia do manuscrito original que pertencia à biblioteca do rei da Suécia, que gentilmente concedeu esse favor. Assim, pôde o Instituto oferecer na íntegra “essa curiosa viagem que oferece muitos esclarecimentos inéditos”.

Significa isto que o original do relato de Freyreiss não foi publicado na época. Mais ainda: informa o tradutor que o manuscrito da biblioteca do rei da Suécia não trazia título; portanto, corre por sua conta o título com o relato foi publicado em 1907. Salvo erro ou omissão de nossa parte, a primeira edição alemã só foi publicada em 1968 por uma entidade cultural de Estocolmo dedicada a estudos ibero-americanos.

Pois bem: 75 anos depois da publicação do Instituto Histórico de São Paulo, em 1982, coube à Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, tirar em livro as páginas amarelecidas da velha revista do sodalício paulistano. Esta primeira edição “em livro” (utilizando a mesma tradução de Loefgren), integra a preciosa coleção “Reconquista do Brasil”, volume 57 da chamada

“Nova Série”. Para esta edição “mineira” de Freyreiss, Neide Magalhães Fonseca escreveu excelente apresentação (infelizmente colocada à “orelha” da capa e não no corpo do livro, como merecia), que nos permitimos transcrever integralmente, pois dificilmente se poderia dizer melhor do livro do viajante alemão:

“A proposição inicial de Freyreiss ao desembarcar no Brasil era um estudo da botânica brasileira. Mas, para sua própria surpresa, encontrou tantos outros fatos importantes na vida do Brasil, que não pôde deixar de relatá-los. A expedição se passa nos primeiros anos do século XIX e o cenário é um país, mais propriamente uma província, Minas Gerais, descobrindo suas outras riquezas minerais, em substituição do ouro que já fora explorado em demasia e que entrava em séria decadência.

Freyreiss sai do Rio de Janeiro rumo a Minas, e como se trata de um observador minucioso, conta-nos com precisão e consciência a vida sócio-econômica dos habitantes das poucas vilas que existiam na região. Sobre a paisagem natural de Minas Gerais, entra o autor em detalhes científicos de alto nível, decompondo toda a região com descrições admiráveis de cada lugarejo por onde passa.

Do Rio a Vila Rica a viagem era difícil pela má qualidade da estrada que ligava as duas cidades e pelas condições físicas brasileiras que antepunham dificuldades a toda empreitada a ser feita. A vida social de Minas gerava em torno das lavras de ouro e diamantes e havia uma divisão social característica: o trabalho escravo. Nessa época, o papel do escravo tornava-se a mola principal da economia e as margens dos rios e dos riachos achavam-se tomadas de mineradores. Todos corriam em busca dos metais e das pedras preciosas, e o contrabando constituía um dos maiores entraves à aplicação do dinheiro dos minerais na província onde eram encontrados.

A paisagem social de Minas nada dizia da riqueza mineral de que era dona. O número de escravos aumentava e seu tráfico ultrapassava os limites propostos. A população ainda era aumentada com os habitantes das províncias vizinhas que, ao tomarem conhecimento da existência de tantas riquezas, atravessavam as montanhas e passavam a formar o contingente de população que era elevado demais para o parco desenvolvimento agropecuário da região. Os habitantes da província de Minas pagavam então um elevado preço por produtos vindos da Metrópole

ou da capital do país e assim pouco se aplicava na província da riqueza extraída. A província era, então, paradoxalmente, rica e pobre, fato que chamou a atenção do autor.

O viajante encontrou em Minas um outro Brasil, diferente da província do Rio de Janeiro. De lá ele trouxera uma idéia da sociedade brasileira, e o que encontrou nas vilas mineiras diferia do que encontrara na capital da colônia, apesar de a influência européia já estar bastante acentuada nos costumes do povo mineiro. Em Minas encontrava-se resguardado um pouco do Brasil nativo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Edição original: *Reise in Brasilien*. Estocolmo, 1968. Publicação do Instituto de Estudios Ibero-americanos, 1968. 103 p

Ed. bras.: *Viagem a várias tribos de selvagens na Capitania de Minas Gerais; permanência entre elas, descrição de seus usos e costumes*. Trad. de Alberto Lofgren. “Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo, v. 6: 236-252. São Paulo, 1902.

***Viagem ao interior do Brasil nos anos de 1814 e 1815*.** Trad. de Alberto Lofgren. Rev. Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo, v. XI: 158-228. São Paulo, 1907.

***Viagem ao interior do Brasil*.** Trad. Alberto Lofgren; apres. de Neide Magalhães Fonseca. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edit. da Univ. São Paulo, 1982. 138 p. (Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 57, nova série).

SELETA

O BRASILEIRO VISTO POR UM BOTÂNICO ALEMÃO

G. W. FREYREISS

O brasileiro não é tão desconfiado como o português, é mais cordial e muito menos traiçoeiro; é orgulhoso, mas amável para com os estrangeiros, exceto quando julga encontrar um inimigo da sua nação. Por isso um alemão, um sueco ou um russo é geralmente melhor recebido do que um espanhol, um inglês ou um francês. Excessivas são, porém, as promessas dos brasileiros e não se deve acreditar em tudo quanto dizem, mesmo depois de ter-lhes prestado algum serviço; pelo menos corre-se o risco de ser tido como pessoa sem maneiras. E também mais por cortesia do que por boa vontade que o brasileiro oferece ao estrangeiro a sua casa e tudo quanto possui ou quando ele diz ser “Vosso criado” ou “estou ao Vosso serviço para tudo e para sempre”. Esta cortesia excessiva torna-se até ridícula porque vê-se-o muitas vezes oferecer objetos que nem lhe pertencem.

No modo de viver e mesmo em religião o brasileiro é muito mais tolerante do que o português; encontram-se, porém, relativamente ao último ponto, especialmente nas vilas e nos povoados do interior, muitas exceções. Aí o estrangeiro faz bem em seguir os costumes do lugar. A superstição torna isso muito necessário como tive oportunidade de verificar um dia num povoado. Era por ocasião da saída de uma igreja onde eu tinha assistido à missa. Um patricio meu queria mostrar-me a sua amizade e, como de costume, espargir-me com água benta. Infelizmente, porém, eu não tinha compreendido a sua intenção, de modo que eu recuava bruscamente quando senti a água fria no meu rosto ardendo. Como eu era

o único estrangeiro no lugar, todos reparavam em mim e imediatamente espalhou-se o boato de que eu, por causa do medo que tinha mostrado, estava possuído de um espírito maligno, a quem a água benta horrorizava. O caso chegou a tal ponto que de tarde mandaram-me um padre para salvar a minha pobre alma, preferindo eu, porém, abandonar para sempre e de noite aquele lugar.

A imaginação vivíssima do brasileiro leva-o muitas vezes ao exagero e é igualmente freqüente que ele explique o que não conhece, por simples fantasia. Assim, por exemplo, há uma porção de pássaros cuja voz ele acha parecida com a sua língua. Isto é muito exagerado, apesar de haver alguma razão para isso, porque existem efetivamente pássaros que “falam” algumas palavras distintas, de modo a parecer que a Providência desde o começo destinou o português para ser senhor do Brasil.

Dar regras gerais para usos e costumes ou observações sobre isto, em parte alguma é mais difícil do que aqui, onde eles são mais diversos ainda do que as cores da população. Há, porém, dois extremos na vida em que os homens pouco divergem entre si, os quais são a alegria e a dor, as festas e o luto. Entre as festas merece menção a dança brasileira batuque. Os dançadores formam roda e ao compasso de uma viola move-se o dançador no centro, avança e bate com a barriga no outro na roda, de ordinário pessoa de outro sexo. No começo o compasso da música é lento, porém, pouco a pouco aumenta e o dançador do centro é substituído cada vez que dá uma umbigada; e assim passam noites inteiras. Não se pode imaginar uma dança mais lasciva do que esta, razão também porque tem muitos inimigos, especialmente entre os padres. Assim, por um exemplo, um padre negou a absolvição a um seu paroquiano, acabando desta forma com a dança, porém, com grande descontentamento de todos. Ainda há pouco dançava-se o batuque em Vila Rica numa grande festa e na presença de muitas senhoras que aplaudiam freneticamente. Raro é ver outra dança no campo, porém, nas cidades as danças inglesas quase que substituíram o batuque.

O brasileiro é sério, e raro é vê-lo alegre; de noite, porém, ao som da guitarra, mostram os homens o seu grande talento para a música e as mulheres para o canto. Raras vezes, porém, ajuntam-se os vizinhos e

mesmo neste caso não se observa aquela cordialidade que tanto embeleza a nossa sociedade.

Além dos trabalhos para a subsistência, que nos brasileiros abastados são efetuados exclusivamente pelos escravos, ocupa-se o brasileiro especialmente com a caça e poucos países há onde existam tantos e tão apaixonados anadores dela, como aqui. É preciso observar o brasileiro para formar uma idéia verdadeira da sua resistência às fadigas. Dias inteiros atravessa ele as densas florestas das serras, onde, geralmente, a cada passo é necessário abrir caminho a facão e isto sem outro alimento mais do que um pouco de farinha e carne seca. Esta paixão pela caça é de algum modo útil para o Brasil, porque resulta daí excelentes atiradores, que na ocasião em que o Brasil precisar da sua milícia, à qual todos os brasileiros pertencem, terá deles o maior auxílio e utilidade.

O brasileiro é sóbrio, mais ainda no beber que no comer e, com efeito, talvez em nenhum outro país haja tão poucos bêbados como no Brasil. Outros vícios são, por isso, mais freqüentes.

Os trabalhos das mulheres, que pouco se preocupam com os arranjos da casa, entregues às escravas, são de costura, bordados e a confecção de flores artificiais e artefatos de casa. Em todos eles mostram não só bom gosto como muita habilidade. Pode-se, muitas vezes, censurá-las do pouco amor que revelam pelos maridos ou filhos. Distinguem-se, porém, pela grande fecundidade e raras vezes sucumbem no parto, o que de certo depende do clima e do traje. O vestuário delas é muito preferível ao das nossas mulheres, porque visa mais à comodidade do que à forma e, de fato, poucas brasileiras há que conhecem o espartilho e menos ainda as que usam dele.

Na cidade o vestuário dos dois sexos é o europeu, porém, sem tantas modificações como no nosso país, em consequência da moda. No campo o vestuário é, às vezes, original: um grande chapéu de feltro, as botas pardas afiveladas acima do joelho, com grandes esporas de prata, e o jaquetão curto dão ao mineiro abastado do campo uma certa importância. Os pobres em Minas Gerais vão sempre descalços e, quando montam a cavalo, amarram as grandes esporas de ferro diretamente nos pés.

No campo, as habitações são tão uniformes como o vestuário. As casas são pela maior parte de um só andar e com muitas portas, mas

poucas janelas em relação, e quase sempre sem vidraças. É muito comum ver uma varanda aberta na frente da casa, onde se tomam as refeições. Há também várias dependências para o fabrico do açúcar e da aguardente, construídas de tijolos. Não é raro encontrar-se uma capela para a missa, principalmente nas fazendas grandes. Os escravos moram em casinhas de barro, perto da casa da fazenda.

(Viagem ao interior do Brasil, 112-116).

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.

393. EXCELENTE LIVRO DE AUTOR ITUANO

Um livro prefaciado por Arno Wehling, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e apresentado pelo saudoso Francisco Iglésias, um dos maiores nomes da historiografia brasileira, é para ser lido sofregamente e com a maior atenção e, no nosso caso particular, com orgulho por se tratar de autor ituano. Referimo-nos a “Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas”, trazendo como subtítulo “Ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil”, de Synesio de Sampaio Góes Filho, há pouco editado por Martins Fontes em coedição com a Biblioteca do Exército. A clareza e a elegância com que o livro foi redigido demonstra bem as excelentes qualidades didáticas do autor.

Na opinião de Iglésias, o livro é fruto de “laboriosa e bem conduzida pesquisa, corretamente apresentada não como narrativa, mas como entendimento e interpretação do processo... O brilho aparece a começar pelo título feliz que une três agentes tão bem ligado - navegantes, bandeirantes, diplomatas - definidores do mapa do Brasil de hoje”.

Para Wehling, o trabalho “de inequívoco mérito”, relaciona com argúcia e profundidade o processo social com a ação de alguns pró-homens, como os que derivam do próprio título, pois, na realidade, navegantes, bandeirantes e diplomatas constituem elementos típicos da história brasileira, tanto quanto senhores de engenhos, escravos,

comerciantes, mineradores, funcionários, militares e outros mais. Sem optar por uma tipologia ideal de sabor weberiano, o autor sublinha o papel destes três agentes sociais e os encarna em homens singulares, com nome e currículo: Colombo, Vespúcio, Cabral, Pedro Teixeira, Raposo Tavares, Alexandre de Gusmão, Pontes Ribeiro, Rio Branco. Suas ações são consideradas em função do objetivo da obra: a formação das fronteiras do Brasil.

E mais ainda, acrescenta o prefaciador: “é livro para ser lido pelo menos duas vezes; uma, sofregamente, porque o expositor possui, além das idéias claras e distintas dos cartesianos, imensa facilidade de expressão; a segunda leitura, mais pausada, permite refletir sobre mudanças das questões colocadas pelo autor: induz a associar, comparar, imaginar...”

Embora cada um dos temas abordados pelo autor tenha já sugerido enorme e variada bibliografia, a impressão que o leitor tem é de que eles estão sendo tratados pela primeira vez, o que demonstra da parte do diplomata-historiador uma visão altamente compreensiva e raramente alcançada por outros autores. Em vez de considerá-lo “mais um livros” sobre o assunto, julgamos mais junto considerá-lo “o livro” sobre o assunto. Recomendável sob todos os aspectos a sua leitura. 18-5-2002.

394. EVOCANDO UM GRANDE HISTORIADOR

Na data de hoje, no já bem longínquo ano de 1873, nascia na cidade norte-riograndense de Ceará Mirim, um dos maiores vultos da historiografia brasileira: Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, literariamente conhecido apenas por Rodolfo Garcia. É com muito prazer e reconhecimento que o evocamos pelo muito que lhe devem as letras históricas em nosso país.

Possuidor de sólida erudição, alicerçada na beneditina paciência com que se entregou a pesquisas arquivais e bibliográficas, tudo quanto saía de sua pena trazia a marca da garantia e sobretudo da probidade, ligando o seu nome de maneira indissolúvel a algumas realizações nos domínios da cultura nacional. Bastaria citar, como exemplo, as sábias anotações ao texto do Visconde de Porto Seguro, cuja obra, a “História Geral do Brasil” - se tornou engrandecida e extremamente

valorizada com os apensos que, a princípio em colaboração com Capistrano de Abreu e sozinho a partir do segundo tomo, após-lhe o historiador potiguar.

Mas, não foi apenas na obra de Varnhagen que Rodolfo Garcia demonstrou sua erudição. Outras edições críticas do mais alto valor lhe são devidas: o livro de Claude d'Abbeville, no qual se interessou particularmente pela lingüística (outro assunto de sua predileção), o Gandavo (na edição de Academia Brasileira) os textos de Fernão Cardim, os “Diálogos das grandezas do Brasil”, as cartas de Nóbrega, a “Arte” de Anchieta, o “Peregrino da América”, de Nuno Marques Pereira, a obra do jesuíta Gay sobre as missões do Paraguai, entre outras.

Em seu acervo devem ser creditados, ainda, os vinte volumes dos “Anais da Biblioteca Nacional”, cuja publicação promoveu ao tempo em que dirigiu a grande instituição criada por D. João VI. E que repositório magnífico de informações constituem esses “Anais”, indispensáveis a qualquer pesquisa sobre assunto ligado ao nosso passado, e nos quais a divulgação de documentos valiosos se alterna com a reedição de textos raríssimos!

Transferindo-se para o Rio de Janeiro em 1912, na antiga Capital Federal viveu até o seu falecimento ocorrido a 14 de novembro de 1949, sempre com intensa participação na vida cultural da grande metrópole. Deixou inúmeros trabalhos sobre bibliografia histórica e geográfica e deixou inédito um ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil que só foi publicado em 1956. De sua obra ocupou-se demoradamente Afonso de Taunay no discurso com que o recebeu na Academia Brasileira de Letras.

Diversos outros historiadores e críticos literários, mais recentes, deixaram depoimentos sobre sua vida e obra, sendo de se destacar, entre estes, os de Miridan Knox Falci e de Guilherme Lins, que, recentemente, escolheram-no como patrono nos Institutos Históricos do Rio de Janeiro e da Paraíba, respectivamente.

Quanto à citada “História política e administrativa”, o próprio autor desta nota dela se ocupou demoradamente quando de seu aparecimento, na antiga revista “Anhembí”. 25-5-2002

395. JORNALISTA FRANCÊS NO BRASIL IMPERIAL

Há já bastante tempo - quase dez anos - tivemos oportunidade de publicar nesta folha uma nota sobre Charles Ribeyrolles, jornalista francês que viveu seus últimos anos em nosso País, aqui falecendo precisamente na data de hoje do ano de 1860. Não vamos obviamente repetir o que então escrevemos, tanto mais que boa parte da nota então publicada referia-se à colaboração do desenhista e pintor Victor Frond, que ilustrou com cenas preciosas do Rio de Janeiro o livro “Brasil Pitoresco”, que Ribeyrolles publicou em 1859.

Como jornalista de tendências liberais, o que não foi tolerado pelo governo francês da época, sofreu Charles Ribeyrolles a mesma do exímio que atingiu Víctor Hugo, seu grande amigo. Enquanto o autor de “Os miseráveis” foi para a ilha de Guernesay, Ribeyrolles veio para o nosso país. Aqui chegando, relacionou-se, homem culto que era, com figuras proeminentes da intelectualidade brasileira e alguns jovens que em breve alcançariam a glória literária, como, entre outros, Manuel Antônio de Almeida e Machado de Assis.

O livro “Brasil Pitoresco” foi, de início, muito mal julgado, chagando a se dizer dele que valia apenas pelas ilustrações de Victor Frond, estas sim, valiosas como documentário da vida fluminense da época. Entretanto, Taunay, que prefaciou a recente edição do “Brasil Pitoresco” tem opinião diversa, ressaltando seu interesse inclusive na apreciação da vida política brasileira do Segundo Reinado. Reconhece, contudo, que “o que torna cansativa a leitura do livro é o seu tom declamatório e a freqüente divagação romântica a que o autor se entrega e ao leitor moderno desagrada”. E prossegue Taunay em seu prefácio: “Há incontestavelmente neste volume de nossa xenobibliografia páginas de relevo, capítulos extensos e valiosos como os da narrativa de viagem pelo interior fluminense e a análise das principais instituições brasileiras”.

A primeira edição do livro, diz ainda Taunay, “constitui um documento do atraso das artes no Brasil de 1860; o volume em formato grande, impresso em 1859 na Tipografia Nacional, é simplesmente horrendo de aspecto, impresso em papel muito ordinário, tendo as páginas duas colunas”. E como se não bastassem, diz, ainda, o prefaciador: “O texto

português da tradução apresenta-se simplesmente detestável”. E cita numerosos exemplos “absolutamente inacreditáveis”.

Entende-se, então, porque a obra do jornalista francês tenha caído em completo olvido, do qual veio a tirá-la, sessenta anos depois, a iniciativa da Editora Martins em incluí-la na preciosa “Biblioteca Histórica Brasileira”, dirigida por Rubens Borba de Moraes e em excelente tradução de Gastão Penalva e para a qual Afonso de Taunay elaborou valioso prefácio a que fizemos referência. A edição da Editora Martins, de 1941, foi reproduzida em 1980 pela Itatiaia, de Belo Horizonte, integrando a coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 25 da nova série. 1-6-2002.

396. RECORDANDO VICENTE LICÍNIO CARDOSO

Há algumas semanas, neste mesmo local, escrevendo sobre Tavares Bastos, tecemos algumas considerações sobre a tão falada incapacidade de pensar que muitos consideram um dos traços marcantes da cultura brasileira. Não se deve generalizar. O lado acentuadamente pragmático de nosso pensamento não nos deve fazer esquecer algumas figuras que podem ser colocadas, sem a menor dúvida, entre os luminares de nossa cultura em termos mais voltados para a reflexão. Ocorre-nos evocar um deles, infelizmente caído no olvido, mas cuja evocação nos parece oportuna entre outras coisas por assinalar o dia de hoje o seu nascimento no ano de 1889. Referimo-nos a Vicente Licínio Cardoso, uma das figuras exponenciais da cultura brasileira em sua curta trajetória, pois faleceu em 1931, com pouco mais de quarenta anos, “consumindo-se na chama de seu próprio ideal”, como dele disse Fernando de Azevedo.

Filho de Licínio Cardoso, professor, médico e engenheiro, seguiu uma das carreiras do pai, formando-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, da qual veio a ser professor. O concurso para a cátedra de História da Arte ofereceu-lhe ensejo para escrever uma de suas obras mais significativas: “Filosofia da Arte” (1918), da qual escreveu Wilson Martins ser “a obra mais importante jamais escrita entre nós, nada inferior, senão superior, pela erudição, espírito crítico e originalidade, a dezenas de outras publicadas em outros países”.

Após a “Filosofia da Arte”, voltou-se Vicente Licínio Cardoso para os estudos brasileiros, nas áreas da educação, da história e da sociologia, temas sobre os quais deixou numerosos escritos avulsos, reunidos para a formação de quatro ou cinco livros publicados na década de 20 do século passado, e que enriqueceram sobremaneira a bibliografia brasileira, uma obra caracterizada pela “constância de um ponto de vista essencialmente brasileiro”: “Pensamentos brasileiros”, “Vultos e Idéias”, “Figuras e Conceitos”, “Afirmações e comentários” e, já como livro póstumo, pois só publicado em 1933, “À margem da História do Brasil”.

Este último veio a constituir-se em sua maior contribuição à historiografia brasileira, nele se encerrando, entre outros temas, um estudo sobre o Vale do São Francisco, dois ensaios sobre o domínio espanhol no Brasil e páginas diversas sobre Feijó e sobre Euclides da Cunha.

Estudo realmente significativo sobre o sentido e a obra de Vicente Licínio Cardoso, ninguém o fez melhor do que Fernando de Azevedo, que com ele bastante conviveu, em seu livro “Figuras de meu convívio”. Aliás, o grande educador, quando diretor da Instrução Pública no antigo Distrito Federal, teve Vicente Licínio Cardoso como seu auxiliar imediato na realização da mais importante reforma de ensino já realizada no Brasil, na década de 1926 a 1930. 3-8-2002.

CENTROS UNIVERSITÁRIOS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS

Faculdade de Análise de Sistemas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Faculdade de Engenharia Ambiental
Faculdade de Engenharia Civil
Faculdade de Engenharia de Computação
Faculdade de Engenharia Elétrica
Faculdade de Geografia
Faculdade de Matemática
Faculdade de Química

CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA

Faculdade de Ciências Biológicas
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Faculdade de Enfermagem
Faculdade de Fisioterapia
Faculdade de Fonoaudiologia
Faculdade de Medicina
Faculdade de Nutrição
Faculdade de Psicologia
Faculdade de Terapia Ocupacional

CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

Faculdade de Administração
Faculdade de Ciências Contábeis
Faculdade de Ciências Econômicas

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Faculdade de Biblioteconomia
Faculdade de Educação
Faculdade de Educação Física
Faculdade de Serviço Social

CENTRO DE CIÊNCIA DA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

Faculdade de Artes Visuais
Faculdade de Jornalismo
Faculdade de Letras
Faculdade de Publicidade e Propaganda
Faculdade de Relações Públicas
Faculdade de Turismo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas
Faculdade de Ciências Sociais
Faculdade de Direito
Faculdade de Filosofia
Faculdade de História

Editoração: Beccari Propaganda e Marketing
Rua Pedro Álvares Cabral, 183 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3255-6311
beccaripropag@uol.com.br
Impresso por: Gráfica e Editora Tecla Tipo Ltda. - Fone: (19) 3216-5566
gtt@teclatipo.com.br

